



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

JÚLIA SCHUSTER STRACK

**MULHERES DE DIREITA: PARTIDOS E DISCURSOS POLÍTICOS EM ELEIÇÕES
MUNICIPAIS DE SANTA CATARINA (2020-2024)**

Florianópolis

2024

JÚLIA SCHUSTER STRACK

**MULHERES DE DIREITA: PARTIDOS E DISCURSOS POLÍTICOS EM ELEIÇÕES
MUNICIPAIS DE SANTA CATARINA (2020-2024)**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela e Licenciada em História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Joana Maria Pedro

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC. Dados inseridos pelo próprio autor.

Strack, Julia Schuster

Mulheres de direita : partidos e discursos políticos em eleições municipais de Santa Catarina (2020-2024) / Julia Schuster Strack ; orientadora, Joana Maria Pedro, 2024.

64 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. História. 2. Prefeitas eleitas em Santa Catarina. 3. Discursos Políticos. 4. Capital familiar. I. Pedro, Joana Maria. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



ATA DE DEFESA DE TCC

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às dez horas, na sala trezentos e vinte e quatro do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora Joana Maria Pedro, Orientadora e Presidente, pela Professora Bruna Busnello, Titular da Banca, e pela Professora Roselane Neckel, Suplente, designadas pela Portaria nº 42/2024/HST/CFH do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Júlia Schuster Strack**, subordinado ao título: **"Mulheres de direita: partidos e discursos políticos em eleições municipais de Santa Catarina (2020-2024)"**. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido da Professora Joana Maria Pedro a nota final 10..., da Professora Bruna Busnello a nota final 10... e da Professora Roselane Neckel a nota final 10...; sendo aprovada com a nota final 10... A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital à Coordenadoria do Curso de História até o dia vinte de dezembro de dois mil e vinte e quatro. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 13 de dezembro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.a Joana Maria Pedro

Prof.a Bruna Busnello

Prof.a Roselane Neckel

Candidata Júlia Schuster Strack



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Júlia Schuster Strack, matrícula n.º 21103667, entregou a versão final de seu TCC cujo título é “Mulheres de Direita: Partidos e Discursos Políticos em Eleições Municipais de Santa Catarina (2020-2024)”, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2024.



Documento assinado digitalmente
Joana Maria Pedro
Data: 18/12/2024 16:53:14-0300
CPF: ***.562.129-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientador(a)

À minha mãe e minha irmã, feministas que me ensinaram a viver com
coragem, amor e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Quero começar agradecendo a minha incrível família. Obrigada mãe Cleusa, mana Lisi e cunhado Churro. Obrigada por, mesmo de longe, acreditarem o tempo todo em mim e me apoiarem em todas as decisões. Ficar longe de vocês é um desafio, as vídeo chamadas pelo final da tarde fizeram parte dos nossos dias e aqueceram o meu coração de longe. Poder compartilhar desde as minhas primeiras ideias para a escrita deste trabalho me deixa muito feliz. Eu amo muito vocês e agradeço imensamente por toda base e carinho que tiveram comigo nesse tempo, eu não seria nada sem vocês!

Agradeço à minha querida orientadora, Joana Maria Pedro. Pude ter a honra de iniciar minha formação acadêmica sendo sua bolsista de extensão, passando para a iniciação científica e, agora, TCC. Tenho orgulho de ser sua orientanda. Obrigada por todos os ensinamentos, todas as conversas e conhecimento adquirido. Tu és a minha fonte de inspiração!

Agradeço também ao Viti, que desde pequenininho é meu parceiro de estudos, risadas, conversas profundas e desabafos diários. Valeu por tudo, querido amigo. Meus dias de escrita eram mais alegres com suas palavras – muitas vezes engraçadas – de suporte. O seu apoio durante a minha escrita foi muito importante.

Ao João, muito obrigada por suas palavras de incentivo e por estar ao meu lado, mesmo nos momentos em que o tempo parecia tão curto.

Entrar na faculdade em meio a uma pandemia foi uma das experiências mais desafiadoras e transformadoras da minha vida. Jamais pensei que conhecer pessoas pela tela, por meio de vídeo chamadas no Google Meet, faria com que criasse amigos tão especiais. Obrigada a todos que de alguma forma passaram pela minha formação, em especial, as Cheers.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina, onde pude desfrutar de tanto conhecimento, pelos professores incríveis que passaram pela minha graduação, e onde conheci o LEGH (Laboratório de Estudos de Gênero e História), o laboratório que vou levar pra vida toda em meu coração!

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a presença das prefeitas eleitas nas eleições municipais de 2020 em Santa Catarina, focando em mulheres vinculadas a partidos conservadores, como o PL e o PP. A pesquisa busca compreender os fatores que influenciam sua ascensão ao poder, as dinâmicas ideológicas e as práticas políticas adotadas por essas mulheres, considerando as características do contexto político local, marcado por uma longa tradição conservadora e patriarcal. Para tanto, foi utilizada a metodologia da história oral, com base em entrevistas realizadas com oito prefeitas, analisadas à luz da teoria política de gênero e do conceito de representação política. A pesquisa revela que o capital familiar e as redes de apoio desempenham um papel decisivo na trajetória de muitas mulheres, funcionando como um fator de acesso e manutenção no poder. Embora a presença de mulheres na política seja um avanço, os resultados indicam que muitas dessas prefeitas adotam posturas alinhadas aos valores conservadores de seus respectivos partidos, o que limita a implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de gênero. Além disso, a pesquisa sugere que, em muitos casos, a adesão política não é fruto de uma escolha ideológica própria, mas sim de uma continuidade das dinâmicas familiares e patrimoniais no exercício do poder. As conclusões apontam para a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre a verdadeira representatividade das mulheres na política e sobre os desafios enfrentados por elas para implementar mudanças significativas nas estruturas de poder estabelecidas.

Palavras-chave: Prefeitas; representação política; gênero; discurso político; capital familiar.

ABSTRACT

This study aims to analyze the presence of female mayors elected in the 2020 municipal elections in Santa Catarina, focusing on women affiliated with conservative parties such as the PL and PP. The research seeks to understand the factors influencing their rise to power, the ideological dynamics, and the political practices adopted by these women, considering the characteristics of the local political context marked by a long conservative and patriarchal tradition. For this purpose, the oral history methodology was used, based on interviews conducted with eight mayors, analyzed through the lens of gender political theory and the concept of political representation. The research reveals that family capital and support networks play a decisive role in the trajectory of many women, serving as a factor for access and maintenance of power. Although the presence of women in politics represents progress, the results indicate that many of these mayors adopt positions aligned with the conservative values of their respective parties, which limits the implementation of public policies aimed at promoting gender equality. Moreover, the research suggests that, in many cases, political adherence is not the result of an ideological choice but rather a continuation of family and patrimonial dynamics in the exercise of power. The conclusions highlight the need for a deeper reflection on the true representation of women in politics and the challenges they face in implementing significant changes to established power structures.

Keywords: Mayors; political representation; gender; political discourse; family capital.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de mulheres e homens eleitos de 1988 à 2020 em SC.....	35
Quadro 2 – Informações de prefeitas eleitas em 2020.....	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação geral dos partidos políticos brasileiros.....	36
Tabela 2 – Perfil de prefeitas em 2020 por partido: idade, cor, formação e capital familiar.....	40
Tabela 3 – Codificação das falas das prefeitas sobre estereótipos de gênero.....	45
Tabela 4 - Declarações das prefeitas sobre capital familiar na política.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVANTE	Avante
DC	Democracia Cristã
DEM	Democratas
LEGH	Laboratório de Estudos de Gênero e História
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PATRIOTA	Patriota
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PDC	Partido Democrata Cristão
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PL	Partido Liberal
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PODEMOS	Podemos
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPR	Partido Progressista Renovador
PPS	Partido Popular Socialista
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRÓS	Partido Republicano da Ordem Social
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade

SDD	Solidariedade
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TRE-SC	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
2 PERFIL POLÍTICO E FAMILIAR DE SANTA CATARINA.....	20
2.1 HISTÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA: A CONSTRUÇÃO DA “IDENTIDADE” SOCIAL DO ESTADO CATARINENSE.....	21
2.2 AS ELITES LOCAIS E A CONSOLIDAÇÃO DO CONSERVADORISMO NO SÉCULO XX.....	23
2.3 O PAPEL DO CAPITAL FAMILIAR NA ASCENSÃO POLÍTICA.....	26
3 DISCURSO E PODER: O CONSERVADORISMO E OS PARTIDOS DE DIREITA... 31	
3.1 QUEM SÃO AS MULHERES ELEITAS? ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO CONTIDO NAS ENTREVISTAS COM AS PREFEITAS DO PARTIDO LIBERAL (PL) E PARTIDO PROGRESSISTA (PP).....	33
3.2 PERFIL DAS PREFEITAS ANALISADAS: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA.....	35
3.3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	40
3.4 CAPITAL FAMILIAR OU ADESÃO POLÍTICA?.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
SITES.....	55
BIBLIOGRAFIAS.....	55
ANEXOS.....	59
Anexo 1:.....	59

INTRODUÇÃO

A presença de mulheres na política é um tema que tem ganhado espaço nas discussões sociais e acadêmicas nas últimas décadas. Contudo, a representação de mulheres em cargos executivos municipais no Brasil, especialmente em estados com forte tradição conservadora, como Santa Catarina, permanece limitada. Em um contexto histórico e cultural onde a política é marcada pela predominância masculina e conservadora, a participação de mulheres nas esferas de poder enfrenta obstáculos que vão além das barreiras eleitorais e tocam em questões estruturais e culturais profundamente enraizadas¹. As eleições municipais de 2020, que trouxeram um número baixo de prefeitas eleitas em Santa Catarina, são reflexo dessas condições. Dentre as eleitas, é possível observar uma predominância de candidatas ligadas a partidos de direita, como o Partido Liberal (PL) e o Partido Progressista (PP), o que levanta questões sobre o perfil e a trajetória dessas mulheres, bem como sobre o impacto de suas posições ideológicas na dinâmica política local.

As fontes documentais utilizadas neste trabalho incluem as narrativas obtidas através de entrevistas orais realizadas com prefeitas de Santa Catarina, conduzidas pelas professoras doutoras Joana Maria Pedro e Teresa Kleba Lisboa². Essas entrevistas foram iniciadas em 2023 e estenderam-se até 2024, sendo disponibilizadas no acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (LEGH/UFSC). No total, foram analisadas oito entrevistas³, nas quais foi possível ouvir os relatos pessoais dessas mulheres e interpretá-los com base na análise do discurso político conceituado por Michel Foucault.

¹Atualmente, no Brasil, não há uma lei de cotas específica para prefeitas. Contudo, existem legislações que promovem a participação de mulheres na política em geral, aplicando-se a candidaturas proporcionais (como para vereadores e deputados), mas não diretamente às candidaturas majoritárias, como prefeitos, governadores e presidentes.

² Este TCC faz parte da pesquisa coletiva MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020), coordenada pela Profa. Joana Maria Pedro, financiada pelo CNPq, número do processo, 404662/2021-8.

³ Das nove prefeitas filiadas aos partidos Progressistas (PP) e Liberal (PL) identificadas, cinco pertencem ao PP e quatro ao PL. Contudo, uma prefeita do PP optou por não participar das entrevistas. Assim, os dados analisados neste estudo referem-se às oito prefeitas que aceitaram contribuir com a pesquisa.

A análise do discurso político, com base no pensamento de Michel Foucault(2006), busca ir além da superfície das palavras para entender como elas são usadas para construir realidades sociais, exercer poder e controlar as populações. Ela se interessa por como o discurso político cria e mantém determinadas ordens sociais e como ele forma a identidade dos indivíduos dentro dessas ordens. Será abordado neste trabalho que as entrevistas e narrativas das prefeitas eleitas por partidos de direita, quando analisadas sob a ótica de Foucault, revelam como elas utilizam o discurso para consolidar regimes de verdade, reforçar identidades políticas e justificar políticas conservadoras, exercendo poder ao moldar percepções e comportamentos sociais.

A história oral, utilizada como método, desempenha um papel central neste estudo, pois se fundamenta na coleta de memórias individuais para a construção de um panorama mais amplo sobre as experiências e trajetórias das prefeitas entrevistadas. Essa abordagem valoriza a memória como uma fonte legítima e essencial para a compreensão de contextos históricos, sociais e culturais, possibilitando que as vozes dessas mulheres sejam registradas e analisadas em profundidade.

A história oral também permite explorar dimensões subjetivas e pessoais que muitas vezes não estão presentes em documentos oficiais ou fontes tradicionais. Por meio das entrevistas, é possível acessar os sentidos que essas prefeitas atribuem às suas vivências políticas, aos desafios enfrentados e às conquistas alcançadas, promovendo um diálogo entre a memória individual e os contextos coletivos. A opção pelas entrevistas on-line foi estratégica para garantir a viabilidade do projeto, permitindo alcançar prefeitas em diferentes localidades do estado de Santa Catarina, além de assegurar a continuidade da pesquisa em meio a desafios logísticos.

As prefeitas entrevistadas apresentam perfis diversos, tanto em relação à formação profissional quanto ao estado civil. Algumas possuem ensino superior, com formações em áreas como Administração, Enfermagem e Pedagogia, enquanto outras possuem o ensino médio completo ou formação técnica, como Magistério e técnico em Enfermagem. Apesar desses dados, optou-se por não divulgar todas as informações coletadas, de modo a preservar a identidade das participantes, em respeito às normas éticas de pesquisa.

Dentre as prefeitas filiadas ao Partido Liberal (PL), quatro são brancas, com formações em Administração, Enfermagem e Pedagogia e uma possui apenas o ensino médio completo. Já entre as prefeitas filiadas ao Progressistas (PP), três também são brancas, com formação em Magistério e técnico em Enfermagem, além de uma dona de casa. Uma das prefeitas se define como mestiça⁴, com formação como professora, e a outra não especificou sua formação acadêmica.

A análise empreendida neste trabalho busca compreender os perfis dessas prefeitas, explorando não apenas as características individuais, mas, também, as dinâmicas sociopolíticas e partidárias que influenciam a representação política das mulheres no estado de Santa Catarina.

Para fundamentar a análise, utilizarei autores como Norberto Bobbio (1995), o qual apresenta o conceito de direita e esquerda, visando compreender o espectro político de cada partido. Além disso, de acordo com as respostas sobre a atuação das prefeitas em relação às políticas voltadas para mulheres, autores como Phillips (2001), Pitkin e Chartier (1990) se tornam necessários para estudar o conceito de representação de mulheres na prefeitura, evidenciando se o lugar de fala revela pautas progressistas para o gênero e quais ideias elas estão representando naquele espaço.

A partir desses dados e das narrativas, encontrei semelhanças entre as prefeitas, principalmente pelas que foram eleitas por partidos considerados de direita. As fontes foram mobilizadas utilizando a metodologia da história oral, conforme apresenta a historiadora Verena Alberti em seu livro *Ouvir contar. Textos em História Oral* (ALBERTI, 2004). O tratamento das fontes levará em conta, ainda, as questões da memória, também desenvolvidas pela autora.

Neste trabalho, as entrevistas serão abordadas a partir das intersecções entre gênero, política e ideologia partidária. Entendo que, apesar da inclusão de mulheres na política ser um reflexo positivo para o sentido de representação, o fato de mulheres eleitas em 2020 estarem, em sua maioria, associadas a partidos conservadores, levanta questionamentos sobre como a estrutura de poder se configura e quais são os desafios enfrentados por essas mulheres no exercício de seus mandatos. Em Santa Catarina, estado que carrega uma longa tradição de

⁴ A prefeita se autodeclarou como “mestiça”. Reconheço que esse termo não é adequado, mas faço referência à forma como ela se definiu publicamente.

conservadorismo desde o século XIX, marcado pela chegada de migrantes alemães e italianos, a presença de mulheres na política não apenas é restrita, mas, também, parece estar atrelada a uma visão política que se desdobra em discursos de autolegitimação conservadores e, em muitos casos, em práticas que refletem uma visão patriarcal. Nesse sentido, questiono sobre as influências familiares, o capital político e as redes de apoio dessas mulheres eleitas, elementos cruciais para compreender os caminhos que levam ao poder e o modo como elas legitimam suas atuações.

Diante desse cenário, o presente estudo busca explorar como as prefeitas eleitas em Santa Catarina em 2020, vinculadas ao PL e ao PP, atuam e se posicionam em um ambiente marcado por uma longa tradição de conservadorismo e exclusão de mulheres nos espaços de poder. Assim, este trabalho investiga as trajetórias, os discursos e as relações de apoio que influenciam a inserção dessas mulheres no poder executivo municipal, considerando o peso que o capital familiar e o legado político desempenham nesse processo.

A política de presença, conforme definida por Anne Phillips em seu texto *De uma política de ideias a uma política de presença?* (PHILLIPS, 2001), mostra que a simples ocupação de cargos por mulheres não é suficiente para assegurar uma política verdadeiramente representativa para o gênero, que amplie direitos. Phillips argumenta que é necessário conciliar a *presença* com uma política de *ideias*, onde os representantes não só ocupam o espaço, mas representam de fato interesses e pautas específicas. A partir de tal concepção, este trabalho problematiza até que ponto as prefeitas eleitas em Santa Catarina, ao atuarem em partidos de direita, expressam ou não demandas que promovam avanços nas questões de gênero e igualdade. Do mesmo modo, investiga se os discursos das entrevistadas se limitam à auto identificação e à legitimação patriarcal, evidenciando o predomínio de valores conservadores que dificultam a mobilização em prol da igualdade de gênero.

O estudo, portanto, pretende responder às seguintes questões:

- Quais fatores contribuem para a predominância de prefeitas ligadas a partidos conservadores no estado de Santa Catarina?
- Quais discursos e práticas essas mulheres adotam para legitimar suas posições e se manterem no poder em um ambiente político dominado por homens?

- E, em que medida a trajetória familiar influencia essa inserção política, estabelecendo um ciclo de poder que beneficia heranças políticas, em desvantagem de uma representatividade política ampla e diversa?

A partir da análise de entrevistas coletadas no acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), de dados do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) e de documentos partidários do PL e do PP, o estudo pretende mapear o perfil dessas prefeitas e examinar os discursos de autolegitimação que sustentam sua representação no cargo de prefeita.

O primeiro capítulo irá apresentar o contexto histórico e político de Santa Catarina, marcado desde o início da colonização⁵ até a consolidação do conservadorismo e das políticas tradicionais no século XX. Após a contextualização inicial, evidenciarei as práticas patrimonialistas do poder político entre as famílias oligárquicas e a passagem de poder para o patriarca da próxima geração e sua relação com o capital familiar presente na ascensão das prefeitas analisadas neste trabalho.

O segundo capítulo tem por objetivo compreender o crescimento do conservadorismo através da maior presença de mulheres de direita exercendo o cargo executivo municipal em Santa Catarina, principalmente no ano eleitoral de 2020. Sob esse aspecto, será questionado: a que se pode atribuir a presença de tantas prefeitas eleitas em Santa Catarina, vinculadas ao campo da direita? As mulheres são instrumentos de partidos conservadores e elitistas? Através dessas questões norteadoras, utilizarei como base os usos de “jogos de gênero” (CAPDEVILA, 2022) contidos nas falas das prefeitas para compreender se existe uma adesão política que parte delas próprias ou se o legado familiar as influencia a entrar e continuar na política.

⁵ A colonização aqui mencionada refere-se, em grande parte, à segunda metade do século XIX, quando o estado recebeu expressivos fluxos de migrantes europeus, como alemães e italianos, predominantemente brancos, que contribuíram para a formação de uma identificação cultural e política alinhada a valores conservadores e estruturas sociais excludentes.

2 PERFIL POLÍTICO E FAMILIAR DE SANTA CATARINA

Simone de Beauvoir (1970) já dizia, na metade do século passado, que as estruturas patriarcais continuam presentes e atuantes, perpetuando a subordinação das mulheres e limitando seu acesso pleno à liberdade e igualdade. Segundo Beauvoir (1970), o “mundo dos homens” ainda prevalece e os direitos que as mulheres conquistaram, embora importantes, permanecem incompletos, pois não garantem uma igualdade concreta. Assim, as instituições e valores da civilização patriarcal resistem ao tempo, mesmo quando aparentam estar em transformação. Essas estruturas simbólicas e práticas de poder mantêm as mulheres em posições de desvantagem, principalmente nas esferas públicas e políticas.

No contexto brasileiro, essa análise de Beauvoir ganha ainda mais relevância. Apesar dos avanços em termos de direitos políticos e civis para as mulheres, o cenário político ainda é amplamente dominado por valores e dinâmicas patriarcais, muitas vezes mascarados por uma suposta abertura ou igualdade formal. Como Beauvoir aponta, “Os direitos abstratos [...] nunca bastaram para assegurar à mulher uma influência concreta sobre o mundo; entre os dois sexos não existe, ainda hoje, verdadeira igualdade”. (BEAUVOIR, 1970, p. 172). Essa “liberdade abstrata” sem garantias concretas limita a real influência das mulheres e sua participação ativa na política. No caso das prefeitas eleitas em 2020, é fundamental entender como as barreiras históricas e estruturais dificultam que elas não apenas alcancem o cargo, mas também exerçam seu poder de forma efetiva e transformadora.

Torna-se relevante compreender o pano de fundo estrutural e histórico que impacta a representação política, especialmente de mulheres em cargos públicos. Primeiramente, é importante discutir como o colonialismo, as elites e a oligarquia seguem enraizados e difundidos em várias esferas do Estado brasileiro. Essas estruturas de poder foram historicamente constituídas com base na exclusão de determinados grupos, principalmente de mulheres e minorias, das tomadas de decisão e do exercício pleno de cidadania. Ao longo da história, essas elites

mantiveram privilégios que dificultam a democratização real e inclusiva, perpetuando desigualdades que afetam diretamente a participação de mulheres na política. Beauvoir ajuda a ver que essas conquistas, embora significativas, ainda precisam ser acompanhadas por mudanças mais profundas no funcionamento e na cultura das instituições políticas, para que a verdadeira igualdade seja possível.

2.1 HISTÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA: A CONSTRUÇÃO DA “IDENTIDADE” SOCIAL DO ESTADO CATARINENSE

A história política de Santa Catarina está profundamente entrelaçada com o processo de migração e a formação de sua identificação social. O início da ocupação definitiva do território catarinense remonta ao século XVII, marcado pela imigração açoriana, que foi incentivada pela Coroa Portuguesa devido ao descontentamento social e econômico que assolava a região dos Açores. Esse fenômeno, combinado com as dificuldades enfrentadas por Portugal para assegurar sua soberania no sul do Brasil, resultou na organização da emigração espontânea açoriana para Santa Catarina e outras áreas, como o Rio Grande do Sul (CORRÊA, 1999, p. 29).

Ao longo do século XIX, esse cenário foi transformado pela chegada de novas levas de imigrantes europeus, especialmente alemães e italianos, que se somaram à presença já consolidada de açorianos, responsáveis por uma influência marcante na formação inicial da cultura e sociedade catarinense. A partir da segunda metade do século XIX, esses imigrantes desempenharam um papel crucial na dinamização da economia do Estado. Conforme observa Walquíria Kruger Corrêa: “Entre os imigrantes que chegaram em Santa Catarina a partir da segunda metade do século XIX, se encontravam agricultores, artesãos, comerciantes e operários [...]” (CORRÊA, 1999, p. 35). Esse influxo populacional, aliado ao crescimento dos mercados local e nacional, contribuiu para a modernização e diversificação da economia catarinense, que, embora já tenha ultrapassado o “[...] estágio de subsistência” (CORRÊA, 1999, p. 37) com as contribuições dos açorianos, ganhou novo impulso com a chegada de imigrantes europeus, os quais trouxeram

especializações em atividades agrícolas, artesanais e industriais, ampliando ainda mais a produção e o comércio no Estado.

No século XIX, a chegada de novos grupos populacionais contribuiu para a formação de uma estrutura social baseada na emigração de grupos estrangeiros, conhecidos como “pioneiros civilizadores”, como bem apontado por Assis F. Menin em sua tese intitulada *Do global ao local, a onda conservadora sai do “armário”? O debate sobre gênero e diferença sexual nas escolas do interior de Santa Catarina*⁶. Essa migração do século XIX tem amparado a construção de um imaginário elitista (dado que os pioneiros eram aqueles que possuíam nos registros oficiais a posse da terra) e eurocêntrico (ignorando os povos locais e enfatizando a emigração alemã, italiana, polonesa e açoriana). Assim, o conservadorismo foi se formando, calcado em uma cultura política⁷ liberal que será exposta no trabalho mais à frente.

O processo de colonização de Santa Catarina, especialmente com a imigração alemã e italiana, foi amplamente interpretado pela historiografia tradicional como um projeto de progresso. A visão positivista da colonização, que prevaleceu no século XIX e boa parte do século XX, a descrevia como um empreendimento civilizador e desenvolvimentista. Para o pesquisador Carlos Renato Carola:

Em Santa Catarina, a visão positivista da colonização perpetua-se por uma constelação de espaços e interesses que alimentam uma profusão constante de valores ideológicos e simbólicos, agora cada vez mais patrocinada pela indústria do turismo e pela agroindústria. Praticamente todas as cidades originárias dos núcleos coloniais criados no século XIX, fundados principalmente por grupos de imigrantes italianos e alemães, estão integradas numa rede de atividades culturais que valorizam a identidade étnica de origem europeia e alimentam o mito dos “pioneiros” (CAROLA, 2010, p. 549)

Além disso, a forte presença da cultura açoriana no litoral catarinense colaborou para a formação de uma identificação distinta para o estado. Essa identificação foi reforçada pela representação das tradições açorianas em diversas

⁶ Menin, Assis Felipe. *Do global ao local, a onda conservadora sai do “armário”? O debate sobre gênero e diferença sexual nas escolas do interior de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

⁷ Entende-se como conceito de cultura política o que Rodrigo Patto Sá Motta nos define como um “[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por um determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

manifestações culturais, como as festas e o folclore, criando o estereótipo do “legítimo” descendente açoriano como representante das origens catarinenses (MORAES, 2010, p. 28). A afirmação da cultura açoriana tornou-se, portanto, um dos elementos fundamentais na construção da identidade catarinense.

2.2 AS ELITES LOCAIS E A CONSOLIDAÇÃO DO CONSERVADORISMO NO SÉCULO XX

Como bem apontado por Lucas de Castro Itapoan da Costa, em seu artigo “*Conservadorismo na cultura política de Santa Catarina: Reverberações da Era Vargas no tempo presente*” (2023), o domínio político de Santa Catarina durante a Primeira República foi marcado por um sistema oligárquico, no qual o poder estava concentrado nas mãos de poucas famílias. As figuras de maior destaque no período foram Lauro Severiano Müller e Hercílio Pedro da Luz, ambos líderes do Partido Republicano, que detinham a hegemonia política do estado⁸. Esse domínio permaneceu até 1930, quando a família Konder assumiu a liderança do partido, continuando no comando político de Santa Catarina até a ascensão de Getúlio Vargas.

Com a ascensão de Vargas ao poder por meio do golpe de 1930, houve uma reconfiguração significativa do cenário político catarinense. A Aliança Liberal, fundada pela família Ramos, desafiou a hegemonia do Partido Republicano, que havia apoiado Júlio Prestes na eleição de 1930, enquanto a Aliança Liberal apoiava Vargas. Após a vitória de Vargas, os Konder perderam sua influência política e a liderança passou para os Ramos, causando a ruptura definitiva do Partido Republicano em Santa Catarina (COSTA, 2020, p. 2). Esse período foi marcado por disputas intensas, tanto no âmbito municipal quanto estadual, refletindo as mudanças mais amplas que ocorreram no Brasil após a Revolução de 1930.

Neste contexto, Santa Catarina revelou uma peculiaridade no cenário político brasileiro: a falta de consistência ideológica entre as principais famílias que dividiam o poder. Ricardo Duwe (2016) observa que a ausência de uma definição ideológica clara entre os partidos e famílias políticas catarinenses consolidou-se

⁸ PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994, p. 83.

historicamente, perpetuando-se até os dias atuais, com pouca ou nenhuma coerência ideológica nas coligações, especialmente nas esferas municipais. Além dessa falta de consistência Duwe esclarece que: “embora tenham construído uma rivalidade ao longo de muitos anos, estas partilharam de práticas e representações políticas muito semelhantes.” (DUWE, 2016, p. 49). Ou seja, essa falta de alinhamento político-ideológico evidenciou-se nas disputas de poder entre os Ramos e os Konder, que, mesmo sendo adversários políticos, não se diferenciavam significativamente em termos de ideologia.

Em Santa Catarina, o poder oligárquico, exercido por um pequeno número de famílias, limitava a participação efetiva de outros grupos sociais, o que gerava uma concentração de poder que se perpetuava por meio de laços familiares e relações patrimonialistas (DUWE, 2016). As práticas patrimonialistas entre essas famílias fortaleceram o poder político local. Durante o período de 1905 a 1925, Duwe vai dizer que: “Outro aspecto marcante desta cultura política é a da passagem do poder político ou econômico para o patriarca da próxima geração, bem como a continuidade dos vínculos entre as famílias.” (DUWE, 2016, p. 69). Dessa forma, vimos que o poder político era transferido de forma patriarcal, ou seja, passava de geração em geração dentro das famílias dominantes. Nesse processo de transmissão do poder se consolidou o capital político e familiar das elites catarinenses, estruturando uma classe política marcada pela hereditariedade e pela manutenção do *status quo* patriarcal.

Paralelamente, o estado presenciou a ascensão de novos grupos políticos, entre os quais a Ação Integralista Brasileira (AIB). O integralismo encontrou em Santa Catarina um terreno favorável para sua expansão, especialmente entre imigrantes que haviam sido excluídos do poder político tradicional, composto principalmente por elites luso-brasileiras. A classe média, que buscava maior ascensão social e política, também viu no integralismo uma oportunidade de participação no cenário político, ampliando o alcance do movimento no estado (COSTA, 2020, p. 2). Esses imigrantes, excluídos do elitismo republicano, encontraram no integralismo uma chance de integrar-se à vida política local, o que contribuiu para o crescimento do movimento.

A configuração política de Santa Catarina, marcada por fortes disputas entre as elites locais e grupos imigrantes, refletiu-se no conflito entre luso-brasileiros e descendentes de alemães e italianos.

A organização da política catarinense está diretamente ligada à configuração de sua população, isto é, aos grupos sociais que vão protagonizar as disputas e os interesses durante a Era Vargas. O estado vai ser caracterizado por uma forte influência imigrante, através de uma série de colônias espalhadas desde o Norte e Vale do Itajaí até a região Sul. A estruturação desses imigrantes em território catarinense vai gerar tensões entre os grupos luso-brasileiros e essas populações, que vão divergir de interesses. O conflito entre luso-brasileiros e imigrantes é um dos fatores que vão protagonizar o alicerce político do qual ideologias nacionalistas como o Integralismo e o Fascismo vão se fortalecer e difundir. (COSTA, 2020, p. 9).

Ou seja, o autor diz que essas tensões contribuíram para o fortalecimento de ideologias conservadoras e nacionalistas, como o integralismo e o fascismo, que encontraram no estado um ambiente propício para seu desenvolvimento. Além disso, a geografia isolada das colônias imigrantes, tanto física quanto culturalmente, reforçou o apego dessas comunidades às suas tradições maternas, com pouco contato com o restante do estado, exceto no que se referia a relações comerciais (COSTA, 2020, p. 9).

O conservadorismo político em Santa Catarina se consolidou ao longo do século XX com raízes profundas na configuração colonial do estado e nas disputas entre as elites locais. A hegemonia do Partido Republicano, que havia governado o estado de forma oligárquica até 1930, foi abalada pelo golpe de 1930, que trouxe novos atores ao cenário político. No entanto, apesar dessas transformações, a política catarinense permaneceu fortemente influenciada por valores conservadores, que se enraizaram nas práticas políticas do estado, onde Costa irá dizer que:

Portanto, a participação política era um privilégio para poucos, onde a maioria dos grupos que participavam do meio partidário e político tinham alguma ligação econômica ou até mesmo parental, características do mandonismo que integrava as articulações oligárquicas e as relações de coronelismo, presentes fortemente na primeira fase da república no país. (COSTA, 2020, p. 7).

A partir do governo Vargas, o estado catarinense passou a vivenciar uma série de medidas nativistas e nacionalizadoras, especialmente em função do contexto da Segunda Guerra Mundial. Essas ações tiveram impacto direto sobre as populações de migrantes, particularmente alemães e italianos, cujas nações de

origem se tornaram inimigas do Brasil no contexto da guerra. O fortalecimento dessas políticas nacionalistas aumentou as tensões já existentes entre luso-brasileiros e imigrantes, intensificando o conservadorismo político no estado (COSTA, 2020, p. 8).

A cultura política conservadora de Santa Catarina também foi moldada pela independência econômica e cultural das colônias imigrantes, que se mantinham isoladas do restante do estado. Esse isolamento reforçou o apego dos imigrantes às suas tradições e valores conservadores, criando um ambiente propício para o desenvolvimento de ideologias nacionalistas e conservadoras (COSTA, 2020, p. 12). Como resultado, o conservadorismo tornou-se uma característica marcante da política catarinense, perdurando até os dias atuais e influenciando diretamente a forma como os cidadãos do estado se posicionam politicamente. Dessa maneira, a consolidação do conservadorismo em Santa Catarina está intimamente ligada à sua configuração colonial, à sua identidade cultural e, sobretudo, ao impacto que as ideologias nacionalistas tiveram sobre o estado catarinense.

2.3 O PAPEL DO CAPITAL FAMILIAR NA ASCENSÃO POLÍTICA

A cultura do “homem cordial”⁹, conceito defendido por Sérgio Buarque de Holanda em seu livro intitulado *Raízes do Brasil* (1995), oferece um ótimo exemplo sobre os vínculos familiares de famílias de elite e a incapacidade da distinção entre o público e o privado. O autor apresenta que

O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando, como já se notou acima, o único setor onde o

⁹ Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda vai apresentar o “homem cordial” como um conceito para explicar que esse ser é movido por sentimentos e valores que surgem no âmbito familiar e emocional, onde, para o autor: “O “homem cordial” não pressupõe bondade, mas somente o domínio dos comportamentos de aparência afetiva, inclusive suas manifestações externas, não necessariamente sinceras nem profundas, que se opõem aos ritualismos da polidez.” (HOLANDA, 1995, p. 17). Dessa forma, Holanda argumenta que esse comportamento se torna problemático na vida pública porque o “homem cordial” não consegue separar as relações privadas das responsabilidades e deveres públicos.

princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominante em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família. (HOLANDA, 1995, p. 82)

Essa incapacidade de distinguir o que é pessoal do que é público leva à “invasão do público pelo privado” e ao “Estado pela família”, naturalmente particularista e antipolítica. Em outras palavras, os vínculos familiares começam a moldar decisões políticas e administrativas, transformando o Estado em uma extensão dos interesses privados das elites e das famílias dominantes. Isso resulta em práticas patrimonialistas, onde cargos públicos são ocupados por pessoas ligadas ao círculo pessoal, e as políticas beneficiam grupos específicos, em vez de toda a sociedade. Assim, Holanda (1995) está sugerindo que a cultura do “homem cordial” compromete a construção de uma esfera pública autônoma, dificultando a implementação de políticas públicas imparciais e a construção de um Estado verdadeiramente democrático e impessoal.

Com base no discurso proferido por Holanda sobre práticas patrimonialistas já ocorrerem na esfera pública, desde muito tempo, conectarei essa perspectiva com a passagem do poder para o próximo da geração com o conceito de capital familiar. Os laços de parentesco estão intimamente ligados com os laços profissionais e políticos e, dessa forma, “[...] os participantes das grandes famílias, com base nos laços de consanguinidade, participam de espaços e movimentos com base em relações e vínculos com o lugar de origem da família.” (PETRARCA; OLIVEIRA, 2024, p. 6). Conforme elucidado por Petrarca e Oliveira (2024), as famílias atuam como uma unidade coletiva para acumular e consolidar capital social, fundamental para sua permanência em posições de poder.

Para Raymundo Faoro (1979), essas formações sociais onde o poder político e econômico são concentrados em uma elite específica apoia-se de maneira estratégica em diferentes classes sociais, escolhendo aquelas que podem fornecer os recursos necessários para a sua manutenção e expansão.

As formações sociais são, para a estrutura patrimonial estamental, pontos de apoio móveis, valorizados aqueles que mais a sustentam, sobretudo capazes de fornecer-lhe os recursos financeiros para a expansão — daí que, entre as classes, se alie as de caráter especulativo, lucrativo e não proprietário. (FAORO, 1979, p. 874)

Ou seja, para o autor o sistema patrimonial não se baseia exclusivamente no poder de propriedade, mas, sim, em alianças entre grupos econômicos que possam garantir sua expansão, adaptando-se às dinâmicas de produção e circulação de capital, assim sendo, o sistema cresce a cada escolha estratégica de grupos.

Ademais, o patronato político, termo cunhado por Max Weber e utilizado por Faoro para explicar sobre uma estrutura de poder que se caracteriza por relações de proteção e dependência, ajuda a compreender que o sistema patrimonial está intimamente ligado ao patronato político, no qual “[...] não distribui somente empregos e cargos, ele enriquece e empobrece seus protegidos e adversários, num entendimento que o dinheiro projeta além dos partidos” (FAORO, 1979, p. 522).

Assim, esse sistema utiliza os recursos econômicos e sociais como instrumentos estratégicos para consolidar a lealdade e perpetuar o domínio político de elites tradicionais. Se no patronato político o poder é mantido por meio da distribuição seletiva de recursos e favores, o que reforça relações de lealdade e dependência, o capital familiar, nesse contexto, funciona como uma extensão dessa lógica.

Em contextos patrimonialistas, o poder não é apenas uma questão institucional, mas uma questão de construção simbólica e moral, enraizada nas tradições e nos valores. Articulando essa questão com o sentido de cultura política, empregado por Rodrigo Motta (2009), as relações sociais nas formações dessa cultura direciona a escolha política do indivíduo, onde

Nos casos de famílias e Igrejas, estamos diante de algo que envolve a ligação dos indivíduos a grupos sociais mais abrangentes, que interferem em sua formação para além da dimensão política. A adesão política, nesses casos, decorre, ao menos em parte, da identificação aos valores defendidos pelo grupo, de modo que a escolha política pode revelar, na verdade, a fidelidade aos pais ou à religião. (MOTTA, 2009, p. 11)

Desse modo, o fator identitário move as escolhas políticas, assegurando que a cultura política permaneça alinhada com seus interesses.

Utilizo o conceito de “capital social”, de Pierre Bourdieu (2007) para compreender as estruturas que sustentam o poder dessas famílias na política. Para o autor, o capital social se refere a um

Capital de relações mundanas que podem, se for o caso, fornecer “apoios” úteis; assim como capital de honorabilidade e de respeitabilidade que, muitas vezes, é indispensável para atrair ou assegurar a confiança da alta

sociedade e, por conseguinte, de sua clientela, além da possibilidade de servir de moeda de troca, por exemplo, em uma carreira política. (BOURDIEU, 2007, p. 112)

Sendo assim, o capital social concerne ao conjunto de relações e redes de influência que um indivíduo ou grupo possui, os quais são mobilizados para obter recursos ou apoio em diferentes contextos. No caso das famílias políticas, essas redes e relações de confiança – construídas com base em laços de consanguinidade e alianças profissionais – oferecem um capital de “honorabilidade e respeitabilidade” (BOURDIEU, 2007) que reforça a posição de reputação do grupo.

Esse tipo de capital não apenas assegura a confiança da sociedade e dos pares em torno dessa elite familiar, mas também atua como uma moeda de troca fundamental para consolidar o poder político e o prestígio social. Assim, o capital social dessas famílias contribui para que elas mantenham o controle de cargos e posições influentes ao longo das gerações, utilizando seus laços familiares como uma rede de suporte que perpetua suas dinâmicas de poder e seu domínio sobre o campo político.

Para Bourdieu (2011), o “capital político” se conecta diretamente ao “capital social” acumulado por essas famílias. Ele explica que o campo político é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nesse interior existem relações, propriedades, processos e ações em grandes números, que também se encontram no mundo global, porém, são capazes de se revestirem de uma forma particular, autônoma. Essa autonomia tem sua própria lei, e essa lei deve operar uma transformação, onde:

Mesmo que esta não lhe apareça como tal, mesmo que não tenha consciência disso, ela lhe é tacitamente imposta, e a sanção em caso de transgressão é o fracasso ou a exclusão. Trata-se, portanto, de uma lei específica e que constitui um princípio de avaliação e eventualmente de exclusão. (BOURDIEU, 2011, p. 195)

Compreendendo o conceito de “campo político” defendido pelo autor, Miguel e Biroli (2010) complementam seu conceito, explicando que

Para o autor [Bourdieu], a organização do campo se dá por meio de normas e valores que legitimam hierarquias, fazendo valer compreensões específicas do que é atuar de maneira competente dentro do próprio campo. O problema não se concentra, assim, no acesso dos diferentes indivíduos ao campo político, mas nos mecanismos que os diferenciam internamente, legando-lhes posições de maior ou menor centralidade. (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 673)

Ou seja, o conceito de campo político indica que não basta “entrar” no campo político; é necessário compreender e seguir as normas, valores e regras que definem o que é considerado “competente” ou importante para legitimar as hierarquias. Sendo assim, o campo social e familiar entra por esse meio, onde os vínculos familiares e redes de contatos são elementos que frequentemente determinam as posições de maior centralidade no campo. Famílias influentes tendem a acumular capital social ao longo de gerações por meio de alianças políticas. Esses laços familiares garantem não só a entrada no campo político, mas também uma familiaridade com as expectativas que regulam o comportamento influente dentro dele. Por isso que: “A importância de tais contatos explica por que, para as mulheres que ingressam na carreira política, o capital de tipo familiar – as redes de apoios herdadas de pais, irmãos ou maridos – é tão importante.” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 668).

Em paralelo, com base nas entrevistas concedidas pelas prefeitas e as trajetórias políticas das eleitas em 2020, em Santa Catarina, pelos partidos PL e PP, visa-se compreender o papel do capital familiar das prefeitas¹⁰, visto que, no Brasil, essa é uma das principais rotas de ingresso aos cargos políticos. Em determinadas entrevistas, mesmo que deixem isso de modo implícito, algumas mulheres não são eleitas apenas por sua trajetória pessoal, mas também pelas relações de parentesco. Assim, têm sucesso na política pelo fato de fazerem parte de um grupo familiar com tradição nesse campo. Ao analisar essas trajetórias, os estudos dos pesquisadores Antonio Teixeira de Barros e Willber da Silva Nascimento, afirmam que

As pesquisas empíricas mostram que as mulheres são as que mais se beneficiam do capital familiar, principalmente no caso de partidos tradicionais, conservadores e de direita. Esse tipo de capital é mais concentrado em regiões menos desenvolvidas, com baixo índice de desenvolvimento socioeconômico e eleitores pouco escolarizados. (Barros; Nascimento, 2022, p. 210)

Seguindo nessa perspectiva, de acordo com a pesquisadora Claudia de Faria Barbosa (2008):

¹⁰ Embora não tenha encontrado nenhuma fonte que evidencie dados sobre o capital familiar político sob recorte de gênero em Santa Catarina, estudos gerais sobre o estado apontam a grande presença do capital político catarinense, como a dissertação de Raquel Favretto, intitulada *A política como profissão: trajetória de políticos do poder legislativo catarinense*.

O parentesco por aliança e/ou consanguinidade pode ser crucial no momento que a mulher se lança na política, mas por si só não se sustenta. Aquelas prefeitas que ainda não têm uma forte militância nos movimentos organizados tendem a ser reprodutoras da ideologia vigente. (Barbosa, 2008, p. 114).

Quando as prefeitas não possuem essa base de militância e engajamento, elas tendem a seguir a “ideologia vigente”, reproduzindo o *status quo* sem promover mudanças significativas. O parentesco pode facilitar o ingresso na política, mas não garante autonomia ou liderança transformadora.

Tal reflexão, partindo do estudo feito por Barbosa (2008), leva a questionar a natureza das motivações dessas mulheres que ingressam na política. Será que sua entrada ocorre principalmente pelo legado e pela influência de suas famílias, que já possuem capital político estabelecido, ou será que essas mulheres se apropriam dos vínculos familiares como uma porta de entrada, mas seguem para consolidar uma trajetória própria, movidas pela sua própria caminhada e seus ideais pessoais? Esse questionamento se torna central na análise dos papéis e da autonomia das prefeitas e será aprofundado no próximo capítulo.

3 DISCURSO E PODER: O CONSERVADORISMO E OS PARTIDOS DE DIREITA

A democracia liberal, que antes era celebrada como o ápice da organização política no Ocidente, aparece agora diante de uma crise por suas insuficiências em cumprir as suas promessas. Para Luis Felipe Miguel: “Foi sobretudo a vitória de Donald Trump, nas eleições presidenciais estadunidenses de 2016, que alavancou o tema da “crise da democracia”.” (MIGUEL, 2021, p. 9). Já em 2021, Miguel fala sobre a derrota de Trump na sua reeleição, o que gera algum alívio, porém, “[...] há sinais eloquentes de que a turbulência prossegue.” (MIGUEL, 2021, p. 9). Como resultado, vimos, em 2024, a sua vitória como presidente dos Estados Unidos. Porém, a crise da democracia liberal não se limita aos seus representantes, elementos como o avanço do neoliberalismo com os fluxos de novas tecnologias por meio “populista” estão diretamente relacionados.

Ademais, a crise de representação na democracia liberal tem raízes na incapacidade das instituições de atender às demandas populares, exacerbada pela manipulação de discursos antipolíticos e pela retração de direitos. Observa-se, na próxima seção, que as prefeitas de direita em Santa Catarina frequentemente operam nesse espaço, utilizando uma retórica de proximidade do “povo” para consolidar seu apoio. No Estado, o aumento de prefeitas alinhadas à direita reflete as dinâmicas mais amplas de transformação da política democrática, marcadas por tensões entre inclusão, representação e o uso estratégico de narrativas populistas. A emergência dessas lideranças conservadoras locais está vinculada ao esgarçamento do debate público e à ascensão de discursos que priorizam a ordem e a família, enquanto ignoram questões de redistribuição e igualdade.

Anne Phillips (2011), em seu artigo “O que há de errado com a democracia liberal?” apresenta como essa democracia falha em responder às questões de gênero, tratando os cidadãos como agentes neutros. Ela diz:

A democracia liberal deseja ignorar [...] todas as identidades e diferenças mais locais; na realidade, as duas tradições insinuam o corpo masculino e a identidade masculina em suas definições da norma. Os democratas liberais, em particular, acreditam ter estendido todos os direitos e liberdades necessários às mulheres ao permitir-lhes o voto nos mesmos termos dos homens. Isso é simplesmente inadequado, como até os indicadores mais crus (como o número de mulheres na política) mostram. (PHILLIPS, 2011, 341)

Embora Phillips não trate diretamente de lideranças de mulheres conservadoras em contextos locais, a análise sobre como a democracia liberal “ignora” diferenças estruturais pode ser aplicada para explorar como mulheres em posições de poder, como prefeitas conservadoras, acabam assumindo posturas que reforçam a ordem existente, em vez de desafiá-la. As mulheres que ascendem a posições de poder enfrentam expectativas contraditórias: são vistas como representantes de avanços na igualdade, mas frequentemente adotam posturas conservadoras para legitimar sua posição em ambientes políticos dominados por homens. Ou seja, a inclusão de mulheres na política não garante, por si só, uma transformação nas estruturas de poder ou nas pautas defendidas.

Para compreendermos melhor o sentido da palavra “representatividade”, trago a mesma autora, em seu texto “De uma política de ideias a uma política de presença?” (2001). Nele, Phillips fala que os representantes políticos devem cumprir com suas ideias apresentadas no programa partidário, tornando o sistema justo e democrático, unindo a *política de presença* com a *política de ideias*. Assim: “É na relação entre ideias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não numa oposição falsa entre uma e outra.” (PHILLIPS, 2001, p. 289). Ademais,

Questões de presença política são em grande medida deixadas de lado, pois quando a diferença é considerada em termos de diversidade intelectual, não importa muito quem representa a classe de idéias. Uma pessoa pode facilmente substituir outra; não há o requisito adicional de que os representantes devam “espelhar” as características da pessoa ou pessoas representadas. O que nos preocupa na escolha do representante é a congruência quanto a crenças políticas e ideais, talvez combinada com uma habilidade superior para articular e expressar opiniões. Despido de qualquer autoridade pré-democrática, o papel dos políticos é levar uma mensagem. As mensagens vão variar, mas isso dificilmente importa, se os mensageiros são os mesmos. (PHILLIPS, 2001, p. 273)

A autora desafia a visão liberal de que a representação política pode ser apenas sobre ideias, sem considerar as dimensões de identidade, como a experiência vivida de ser mulher, negra, pobre, etc. Ela indica que essa visão de democracia não leva em conta a importância da diversidade representativa no processo político, pois acredita que as “mensagens” podem ser transmitidas de forma eficaz independentemente de quem as transmita, o que pode, na prática, excluir muitas experiências e perspectivas que são essenciais para uma democracia verdadeiramente inclusiva. Portanto, Phillips aponta que, ao simplificar a política

como uma questão de ideias e não de pessoas, se ignora o fato de que a “presença” dos representantes, ou seja, a diversidade das características e as experiências de vida dos eleitos são fundamentais para a verdadeira representação política.

A análise de Anne Phillips sobre a falha da democracia liberal em responder às questões de identidade, encontra um paralelo significativo nas dinâmicas políticas de Santa Catarina. Neste capítulo, será elucidado que o estado catarinense, historicamente conservador, tem vivenciado um fortalecimento de partidos de direita, como o PL e o PP, que representam as tendências globais e nacionais de ascensão do conservadorismo. As prefeitas de direita em Santa Catarina, ao adotarem uma retórica de proximidade com o “povo” e um discurso que enfatiza valores tradicionais, se inserem nesse cenário, utilizando narrativas populistas que, em grande parte, ignoram as demandas estruturais de redistribuição e igualdade.

Portanto, em Santa Catarina as prefeitas de direita não são apenas reflexo de uma transformação no campo político, mas também de uma complexa dinâmica de inclusão que, paradoxalmente, não leva à transformação das estruturas de poder. Elas operam dentro de um sistema que se mantém fiel às normas estabelecidas, reforçando a ordem e a família como pilares, enquanto se distanciam das demandas de redistribuição e igualdade que poderiam questionar essas mesmas normas. Isso revela como a democracia liberal, mesmo com a inclusão de mulheres no poder, falha em proporcionar uma representatividade genuína e transformadora, como apontam Anne Phillips (2011) e Luis Felipe Miguel (2021) em suas críticas à democracia liberal.

3.1 QUEM SÃO AS MULHERES ELEITAS? ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO CONTIDO NAS ENTREVISTAS COM AS PREFEITAS DO PARTIDO LIBERAL (PL) E PARTIDO PROGRESSISTA (PP)

O discurso político, como afirma o filósofo e historiador francês Michel Foucault (2006), não deve ser compreendido como a expressão de uma verdade absoluta, mas como uma construção que representa determinadas verdades legitimadas pelas relações de poder. Ele argumenta que entende por verdade “o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros.” (FOUCAULT, 2006, p. 233). É

nesse sentido que as falas das prefeitas eleitas pelo PL e PP em Santa Catarina não são meros reflexos de suas intenções individuais, mas representações consideradas verdadeiras, as quais dialogam com o contexto político conservador e de direita no qual estão inseridas. Stuart Hall (2016) relaciona os conceitos de linguagem e discurso trazidos por Foucault para formular que a “Representação é a produção do sentido pela linguagem.” (HALL, 2016, p. 53). Dessa forma, a representação se constrói pela linguagem, produzido sentido por meio de vários sistemas representacionais. Deixando mais claro, nas palavras de Hall:

O sentido é produzido dentro da linguagem, dentro e por meio de vários sistemas representacionais que, por conveniência, nós chamamos de “linguagens”. O sentido é produzido pela prática, pelo trabalho, da representação. Ele é construído pela prática significante, isto é, aquela que produz sentidos. (HALL, 2016, p. 54)

Esse discurso, que enfatiza valores como família, ordem e proximidade com o povo é estrategicamente construído para se alinhar às demandas do eleitorado e às dinâmicas do campo político local, dominado por forças de direita. Como afirma Pierre Bourdieu:

“[...] é a estrutura do campo político que, subjectivamente indissociável da relação directa - e sempre proclamada - com os mandantes, determina as tomadas de posição, por intermédio dos constrangimentos e dos interesses associados a uma posição determinada nesse campo.” (BOURDIEU, 1989, p. 178).

Dessa forma, o conjunto de ações propostas depende do sistema de tomadas de posições organizadas através do conjunto de partidos de diferentes posições. Dentro do mesmo campo político, os partidos convergentes vão “[...] tentar definir o que eles são e o que eles professam independentemente daquilo que são e professam os seus concorrentes dentro do seio do mesmo campo”. (BOURDIEU, 1989, p. 178).

Diante do exposto, os agentes políticos posicionam suas falas de acordo com as regras e os valores predominantes no campo em que atuam (BOURDIEU, 1989). Nesse caso, as prefeitas utilizam suas narrativas não apenas para consolidar suas posições pessoais, mas também para legitimar suas ações diante de um público que valoriza tais representações.

Conforme Roger Chartier, as “[...] práticas discursivas [são] como produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural [atuam] como formas diferenciadas de

interpretação.” (CHARTIER, 1990, p. 28). Ou seja, o autor evidencia que o objeto do discurso, embora sendo o mesmo, ocasiona distintas formas de apropriação. Assim, o discurso político das prefeitas pode ser lido tanto como um reforço das normas conservadoras quanto como uma estratégia de mediação em um ambiente político tradicionalmente dominado por homens. A partir dessa perspectiva, busco explorar como essas narrativas são construídas, representadas e apropriadas no contexto político de Santa Catarina.

A análise das falas das prefeitas não se limita a compreender como elas se alinham aos valores de seus partidos ou ao eleitorado, pois, conforme Hanna Pitkin

[...] um representante deve fazer o que seus eleitores querem ou o que ele acha melhor? A discussão nasce do paradoxo inerente ao próprio significado da representação: tornar presente de alguma forma o que apesar disso não está literalmente presente. Mas, na teoria política, o paradoxo é recoberto por várias preocupações substantivas: a relação entre os representantes na legislatura, o papel dos partidos políticos, a medida em que os interesses locais e parciais se encaixam no bem nacional, a forma pela qual a deliberação se relaciona com o voto e ambas se relacionam com o exercício do governo etc. (PITKIN, 2006, p. 31).

Este paradoxo é especialmente evidente no contexto das prefeitas que, ao se alinharem com ideais conservadores, representam interesses políticos deles próprios, “contradizendo” as expectativas de uma representação política mais inclusiva, esperada por ser uma mulher no poder. Nesse sentido, suas ações podem estar mais relacionadas aos interesses partidários ou de uma elite política, do que aos interesses do eleitorado, especialmente no que diz respeito a questões de gênero e direitos sociais. Ou seja, as prefeitas, no papel de representantes, deveriam refletir as demandas diretas de seus eleitores, mas o que acontece é que tomam decisões alinhadas com agendas conservadoras de seus partidos. No caso das prefeitas eleitas em 2020, investigarei, nas próximas seções, se elas atuam como porta-vozes das ideias e interesses do PL e do PP, o que pode divergir das demandas específicas das mulheres. As entrevistas serão analisadas para verificar até que ponto as prefeitas expressam as opiniões do eleitorado ou os interesses ideológicos dos partidos.

3.2 PERFIL DAS PREFEITAS ANALISADAS: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA

Quando estamos falando das raízes históricas de Santa Catarina, estamos pensando sobre os representantes e os representados do Estado. No período eleitoral do ano de 2020, destaca-se que, dentre os 295 municípios catarinenses, foram eleitas apenas 28 prefeitas mulheres e apenas três delas são do campo da esquerda. É a partir dessa conjuntura que analiso o crescimento numérico de mulheres prefeitas eleitas em partidos de direita no estado de Santa Catarina. A fim de desenvolver tal análise, elaborei o quadro¹¹ a seguir com o número de mulheres eleitas para o executivo municipal até a eleição de 2020.

Quadro 1 - Número de mulheres e homens eleitos de 1988 à 2020 em SC

Ano	Mulheres eleitas	Homens eleitos	% Mulheres eleitas	% Homens eleitos
1988	1	198	0,50%	99,50%
1992	1	260	0,38%	99,62%
1996	6	289	2,30%	97,97%
2000	5	290	1,69%	98,31%
2004	9	286	3,05%	96,95%
2008	15	280	5,08%	94,92%
2012	22	276	7,38%	92,62%
2016	25	272	8,42%	91,58%
2020	28	267	9,49%	90,51%

Fonte: a autora.

Deve-se levar em conta que, de 1988 a 2020, houve um aumento de 88 municípios, refletindo na criação de novos cargos de prefeitos. Em 1988, existiam 199 prefeitos no total, com apenas uma mulher eleita (0,50%). Ou seja, mesmo com a criação de 88 novos municípios, o aumento do número de prefeitas não foi proporcional ao crescimento do número total de municípios. Em 1988, a participação das mulheres era mínima, com apenas 0,50% dos prefeitos sendo mulheres. Em 2020, apesar do número de prefeitas ter aumentado para 28, isso representa apenas 9,49% do total.

¹¹ Fonte dos dados: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

No livro *Direita e Esquerda: Razões e Significados de uma Distinção Política* de 1995, escrito por Norberto Bobbio, o autor apresenta diversas oposições entre seus termos e significados para classificar as duas palavras: direita e esquerda. Nesse espectro dicotômico onde, de um lado está a esquerda e do outro está a direita, inserimos, de acordo com o estudo, o papel dos partidos políticos analisados nesta pesquisa, para então classificá-los como partidos conservadores. Para Bobbio:

“Esquerda” e “direita” indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente a ação política, contrastes não só de idéias, mas também de interesse e de valorações (valutazion) a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer (Bobbio, 1995, p. 33).

Nesse sentido, o debate entre esquerda e direita é inevitável e não pode ser simplesmente eliminado, pois deriva de divisões estruturais e ideológicas fundamentais. Além da análise sobre essa díade, o artigo intitulado “Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros”, publicado por Bolognesi, Ribeiro e Codato, em 2023, elucida uma classificação atualizada da posição ideológica dos partidos políticos brasileiros. Essa classificação ajuda a compreender a posição de partidos como o PL e o PP. Para os autores:

os partidos tradicionais de direita possuem bastante consistência, com baixo coeficiente de variação. Progressistas (antes PP, e antes PPB), PSC, Patriota (antes PEN) e DEM (antes PFL) são partidos facilmente associados à direita. (BOLOGNESI; RIBEIRO; CODATO, 2023, p. 8).

Ademais, a tabela 1, feita por Souza (2023), mostra algumas das classificações considerando um período médio de 10 anos. Dessa forma, a partir desses autores, considero os partidos aqui estudados de direita.

Tabela 1 – Classificação geral dos partidos políticos brasileiros

Autor/Autores	Ano	Partidos de Esquerda	Partidos de Centro	Partidos de Direita
Carreirão (2006)	1990	PT, PDT, PPS, PCdoB, PSB, PV, PSTU, PCO e PMN	PMDB e PSDB	PP, PPB, PPR, PDS, DEM, PRN, PDC, PL, PTB, PSC, PSP, PRP, PSL, PSD e PRONA

Autor/Autores	Ano	Partidos de Esquerda	Partidos de Centro	Partidos de Direita
Power e Zucco (2009)	2000	PCdoB, PT, PSB, PDT, PPS	PMDB e PSDB	PL, PTB, PFL, PP e PPB
Maciel, Alarcon e Gimenes (2017)	2010	PSOL, PCdoB, PT, PSB	PDT, PCB-PPS, MDB	PSDB, PTB, PSC, PP, DEM
Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023)	2020	PSTU, PCO, PCB, PSOL, PCdoB, PT	PDT, PSB, REDE, PPS, PV, PTB, AVANTE, SDD, PMN, PMB, PHS	PSDB, PMDB, PSD, PODEMOS, PPL, PRTB, PRÓS, PRB, PL, PPC, PSL, DC, PROGRESSISTAS, DEM, PSC, PATRIOTA

Fonte: SOUZA, 2023, p. 11.

A escolha por analisar as narrativas das prefeitas do PL e do PP se justifica por vários fatores. Primeiro, as entrevistas permitem acessar diretamente o discurso político dessas mulheres, revelando como constroem suas narrativas e se posicionam em relação aos valores conservadores. Além disso, o PL e o PP são dois dos partidos que estão no espectro político de direita em Santa Catarina, com forte influência no campo político local. Eles demonstraram um crescimento expressivo no número de prefeitas eleitas em Santa Catarina até 2020, consolidando suas presenças principalmente em municípios menores e médios do estado. O PP, com raízes históricas na política catarinense, registrou um aumento consistente nas últimas eleições. Já o PL, que começou a ganhar força nas eleições municipais recentes, teve crescimento notável em 2016 e 2020¹².

O papel das mulheres prefeitas desses partidos é particularmente relevante porque oferece uma oportunidade de explorar como mulheres ocupam posições de liderança em um espaço dominado por valores conservadores e práticas patriarcais. Esse recorte possibilita compreender como o gênero é negociado em suas falas,

¹² A análise foi baseada em uma tabela compilada com dados de prefeitas eleitas desde 1986, retirados do TRE/SC, que evidenciam o aumento do PP e do PL. Este crescimento motivou o estudo específico das prefeitas eleitas em 2020, tema deste TCC. A tabela contendo: Ano; Município; Perfil ideológico; Sigla do partido e Votos, se encontra em Anexo 1, no final deste trabalho.

seja reforçando as normas tradicionais, seja criando brechas para novos significados.

O próximo quadro¹³, sintetiza o perfil ideológico, as siglas partidárias e a votação obtida em diversos municípios, destacando a representatividade dos partidos em diferentes contextos locais.

Quadro 2 – Informações de prefeitas eleitas em 2020

Município	Perfil ideológico	Sigla do partido	Votos	Nº de eleitores
Água Doce	Direita	PL	2.299	5.367
Angelina	Esquerda	PT	1.720	4.871
Anitápolis	Centro	MDB	1.519	3.007
Arabutã	Centro-direita	PSD	1.733	3.817
Benedito Novo	Centro	MDB	3.878	8.201
Campo Alegre	Centro	MDB	3.560	9.588
Campo Belo do Sul	Direita	PP	1.835	5.048
Campo Erê	Esquerda	PT	2.880	7.096
Cunha Porã	Centro	PSDB	4.518	8.350
Iomerê	Direita	PP	1.270	2.794
Ipuaçú	Esquerda	PT	2.552	5.429
Itapema	Centro-direita	PSD	18.557	44.264
Içara	Direita	PP	12.527	40.564
Lauro Müller	Centro	MDB	5.139	12.223
Monte Carlo	Centro	PSDB	2.940	7.173
Palmeira	Direita	PL	1.591	2.881
Paraíso	Centro	MDB	1.738	3.709
Rancho Queimado	Centro	MDB	1.908	3.072
Salete	Direita	PL	2.841	6.004
Santa Cecília	Centro	MDB	5.369	12.939

¹³ Fonte dos dados: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Município	Perfil ideológico	Sigla do partido	Votos	Nº de eleitores
Água Doce	Direita	PL	2.299	5.367
Angelina	Esquerda	PT	1.720	4.871
Anitápolis	Centro	MDB	1.519	3.007
Arabutã	Centro-direita	PSD	1.733	3.817
Sta. T. do Progresso	Centro	MDB	1.190	2.408
Sombrio	Centro	MDB	7.257	22.218
São Cristóvão do Sul	Centro	PSDB	1.817	3.471
Trombudo Central	Centro	MDB	2.118	5.097
Urubici	Direita	PP	3.297	8.289
Vargem	Direita	PL	1.181	2.601
Vargem Bonita	Centro	MDB	1.874	4.088
Zórtea	Direita	PP	1.048	2.874

Fonte: a autora.

Além disso, a partir do quadro 2 é evidenciado que, embora o MDB (antigo PMDB) também tenha eleito um número significativo de prefeitas em Santa Catarina no ano de 2020, as mulheres desse partido apresentam posicionamentos diferentes umas das outras, transitando entre ideias associadas tanto à esquerda quanto à direita. Por essa razão, optou-se por não incluir o MDB neste estudo, concentrando-se no PL e no PP, cujas prefeitas estão mais diretamente alinhadas ao espectro político de direita, permitindo uma análise mais precisa das narrativas conservadoras.

Passo a detalhar os procedimentos adotados na elaboração deste estudo, apresentados na seção a seguir.

3.3 PERCURSO METODOLÓGICO

A análise do discurso das prefeitas foi realizada a partir das entrevistas orais concedidas por elas ao LEGH. Essa escolha metodológica se fundamenta na ideia

de que o discurso político é uma prática estratégica através da linguagem, como argumenta Foucault (2006) e Stuart Hall (2016), e reflete as dinâmicas do campo político, conforme Pierre Bourdieu (1989). Foram selecionadas entrevistas das oito prefeitas que autorizaram que suas falas fossem utilizadas para fins de pesquisa e estudos sobre o tema. A partir delas, busco identificar os valores familiares. Para categorizar e interpretar as falas, utilizo a metodologia de análise qualitativa com base na categoria de “capital familiar” (BOURDIEU, 2007). Nas falas, identifico padrões e estratégias discursivas que evidenciam a relação entre gênero, partido político e campo conservador.

Ao falar sobre as possibilidades de narrativas na história oral, Verena Alberti explica que

[...] a narrativa, na história oral, acaba constituindo o passado, isso *não* significa que o passado tenha existido antes dela. Esquecer essa diferença é tomar a narrativa, ou as narrativas, como a própria realidade, ou as realidades. E quando se opta pelo plural é porque se conclui que todas as narrativas são “válidas” - melhor dizendo, são versões - e que não cabe ao pesquisador julgá-las. (ALBERTI, 2004, p. 78).

Portanto, os discursos obtidos pelas entrevistas permitem ser uma fonte, desde que tratados como tal para analisar os aspectos subjetivos presentes nas narrativas, pois, nas palavras de Alberti

Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido. Esse *trabalho da linguagem* em cristalizar imagens que remetem a, e que significam novamente, a experiência é comum a todas as narrativas [...]. (ALBERTI, 2004, p. 78).

A partir da compreensão do tratamento de uma entrevista, desenvolvo a análise do material coletado. Utilizo como base trechos das entrevistas, principalmente falas nas quais identifico influências familiares, predominantemente masculinas, na eleição dessas prefeitas. Além disso, utilizo o conceito definido por Luc Capdevila (2022) sobre “jogos de gênero” e seus usos na política e, intrinsecamente, nas narrativas orais das prefeitas.

A tabela 2 em seguida apresenta um resumo das informações iniciais sobre o perfil das prefeitas analisadas.

Tabela 2 – Perfil de prefeitas em 2020 por partido: idade, cor, formação e capital familiar¹⁴

Nome	Partido	Cor	Formação Profissional	Capital Familiar
Prefeita 1	PL	Branca	Administração	Não
Prefeita 2	PL	Branca	Enfermagem	Sim
Prefeita 3	PL	Branca	Pedagoga	Sim
Prefeita 4	PL	Branca	2º Grau Completo	Não
Prefeita 1	PP	Branca	Magistério e técnico de Enfermagem	Sim
Prefeita 2	PP	Mestiça	Professora	Não
Prefeita 3	PP	Branca	Dona de casa	Não
Prefeita 4	PP	Branca	Ensino Superior Completo. Não especificado	Sim

Fonte: a autora.

A tabela 2 organiza dados introdutórios sobre cor, formação e se há capital familiar ou não das prefeitas, fornecendo um panorama inicial de suas trajetórias pessoais e profissionais. Os dados mostram que as prefeitas têm origens variadas, tanto em relação à formação acadêmica quanto ao envolvimento político de suas famílias. Em alguns casos, a influência familiar na política é evidente, com prefeitas oriundas de famílias politicamente ativas. Em outros, destaca-se a ausência de vínculos políticos familiares, o que ressalta trajetórias mais autônomas e vinculadas ao trabalho comunitário ou à construção profissional, o qual será investigado na tabela seguinte.

Em relação à formação, as prefeitas do Partido Liberal (PL) apresentam formação majoritariamente técnica e acadêmica, com destaque para áreas como saúde, pedagogia e administração pública. Já no Partido Progressista (PP), observou-se uma maior diversidade de trajetórias, incluindo formações práticas e envolvimento comunitário. A cor declarada das prefeitas também é um dado relevante: todas do PL se identificam como brancas, enquanto no PP há uma prefeita autodeclarada como mestiça.

¹⁴ Fonte dos dados: Laboratório de Estudos de Gênero e História.

Este panorama introdutório será aprofundado na próxima seção, onde as narrativas e individualidades das prefeitas serão analisadas, examinando seus discursos de autolegitimação e percepções sobre sua inserção na política. A Tabela 1 serve como um ponto de partida para compreender os contextos que cercam suas trajetórias.

Ademais, a análise das falas das prefeitas revela estratégias utilizadas para negociar sua posição política em relação ao capital familiar e aos jogos de gênero. Para isso, utilizou-se o site Taguette, um software de codificação de entrevistas que permite organizar e analisar qualitativamente as falas das entrevistadas. O uso do Taguette permitiu marcar e categorizar as falas de acordo com as categorias de análise definidas, como capital familiar e estereótipos de gênero. A partir dessa codificação, foi possível identificar padrões de discurso e observar como as prefeitas utilizam, consciente ou inconscientemente, os estereótipos de gênero e o capital familiar para legitimar sua trajetória política.

O processo de codificação começou com a seleção das categorias relevantes para a pesquisa, baseadas nos temas centrais da análise: estereótipos de gênero – como as prefeitas discutem a necessidade de provarem sua capacidade constantemente e se posicionam em relação aos estereótipos de gênero associados à política; e capital familiar – como a presença de figuras familiares, especialmente de homens, influencia nas trajetórias das prefeitas. Com o auxílio do software, cada trecho da entrevista que tocava nessas categorias foi marcado e organizado, permitindo a identificação de padrões recorrentes nas falas. O uso dos “jogos de gênero” pode ser identificado através do contexto das falas das prefeitas, onde as perguntas consideradas foram: as prefeitas acham que o parentesco político influenciou elas a entrarem na política ou foi “mérito” próprio? Elas se apresentam como “diferentes” dos homens políticos, mais próximas e menos corruptas?

A Tabela 3, na próxima seção, exemplifica a codificação das falas das prefeitas que não tiveram nenhum familiar candidato na política, mostrando como suas respostas se encaixam nas categorias analisadas.

3.4 CAPITAL FAMILIAR OU ADESÃO POLÍTICA?

Ao questionarmos o ingresso e a permanência das mulheres na política local, especialmente em partidos de direita e conservadores, tais como o PL e o PP em Santa Catarina, torna-se necessário analisar os “jogos de gênero” e seus desdobramentos no campo político. Primeiramente, para explicar sobre os usos desses jogos, explicaremos o termo “gênero”, o qual para Joan Scott

[...] é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. (SCOTT, 1995, p. 7).

Segundo Scott, gênero é uma construção cultural que organiza as relações de poder entre homens e mulheres, delimitando espaços e papéis de atuação. Nesse sentido, no imaginário social ocidental, o espaço público era associado ao masculino, enquanto o feminino ficava restrito ao espaço doméstico. Seguindo essa visão, Capdevila (2022) explica que as crises políticas têm historicamente “confundido” essas fronteiras, permitindo que as mulheres transitem entre os domínios público e privado. Ou seja, nas palavras do autor: “[...] as situações de crise política têm levado a “confundir o gênero”: pela alteração das atribuições dos sexos, durante as guerras totais, pela redefinição dos limites entre as esferas pública e privada, sob as ditaduras.” (CAPDEVILA, 2022, p. 163)

Os jogos de gênero, como aponta Capdevila, não são estáticos; eles funcionam como ferramentas estratégicas. Em suas palavras:

Os jogos de gênero são, antes de mais nada, jogados como um divertimento, como uma brincadeira de esconde-esconde, o gênero aparece aqui como máscara. Os jogos de gênero são, também, o jogo como um equipamento; assim como os jogos de xadrez, são como um conjunto de peças à disposição dos atores políticos, para intervir no espaço público. Os jogos de gênero são também a diferença, entre encenações, o que realmente é, e o que é percebido pelo adversário. Os jogos de gênero, enfim, é a ideia de um mecanismo, de uma impulsão, de um equilíbrio instável, onde o senso ou as dinâmicas iniciadas pelas crises podem induzir uma redefinição das relações homem/mulher em um quadro limitado, conduzindo, na margem, a um ajuste do masculino e feminino... por vezes a uma simples oscilação. (CAPDEVILA, 2022, p. 164).

Dessa forma, em contextos conservadores, onde a ideologia familista é predominante, as mulheres se posicionam estrategicamente, conciliando imagens

tradicionais do “eterno feminino” com atuações que lhes permitem transitar no espaço público. Ou seja, “[...] as mulheres “saem” do ambiente privado para o espaço público justamente “jogando”, consciente ou inconscientemente, com o discurso existente sobre quais seriam suas condutas e seus comportamentos legítimos.” (NUNES, 2023, p. 193).

Ao observar os partidos de direita e conservadores, tais como o PL e o PP, nota-se um discurso que frequentemente reforça a ideologia de que as mulheres devem ocupar papéis centrados na família e no lar, alinhados a uma lógica de submissão e apoio aos homens. Contudo, a presença significativa de mulheres filiadas a esses partidos e atuantes na política é intrigante. A análise de gênero proposta por Scott (1995), que o define como uma construção cultural organizadora das relações de poder, é essencial para compreender o trânsito das mulheres entre os espaços público e privado em contextos de crise política, bem como Capdevila (2022) destaca.

No caso dos partidos conservadores, como o PL e o PP, as mulheres que se inserem no espaço público parecem adotar as estratégias descritas por Capdevila (2022) em seus “jogos de gênero”. Elas transitam entre o público e o privado utilizando discursos e comportamentos que conciliam valores tradicionais com a necessidade de legitimar sua atuação política. Esse jogo, no qual o gênero funciona como uma máscara, permite que essas mulheres desafiem as atribuições de gênero de forma dissimulada, adaptando-se às dinâmicas políticas conservadoras.

Fernanda Mota e Flávia Biroli vão apontar que as mulheres ao adentrarem na política são comumente:

Encaradas como naturalmente pertencentes à esfera privada e estimuladas para comportar-se de acordo com os requisitos socialmente associados à domesticidade, as mulheres que conseguem adentrar a esfera da política permanecem marcadas. A maior ênfase no corpo e na vida privada, mas também a permanente ambiguidade nas reações a sua presença como mulheres na esfera pública – o estranhamento porque são mulheres, a expectativa de que atuem como mulheres – estabelecem vieses importantes na construção da sua imagem no jornalismo e nos discursos políticos, assim como na sua atuação política cotidiana. (MOTA; BIROLI, 2014, p. 206).

Sendo assim, “As alternativas para as mulheres são adequar-se ao perfil “feminino” e desenvolver sua atuação política dentro dos limites do que é entendido como uma atuação “feminina” – o que pode ser feito estrategicamente – [...]” (MOTA; BIROLI, 2014, p. 207). As construções de gênero moldam a participação política das

mulheres e essas dinâmicas afetam a percepção pública sobre mulheres no poder, mesmo em contextos conservadores. Ou seja, a figura da mulher é estrategicamente moldada para atender narrativas de poder político em contextos conservadores.

Ao observar essas dinâmicas nos partidos de direita, percebe-se que as mulheres podem estar utilizando os "jogos de gênero" como um "equipamento" estratégico, tal como descrito por Capdevila (2022). Elas não apenas desempenham papéis socialmente legitimados, como os de mãe, esposa ou protetora, mas também manipulam essas narrativas para ampliar seu alcance político. Nessa perspectiva, a crise política pode ser vista como um catalisador que instabiliza o equilíbrio tradicional entre os papéis do homem e da mulher, permitindo às mulheres ocupar espaços de poder, ainda que em um "quadro limitado".

Assim, a presença dessas mulheres na política conservadora pode ser entendida como um reflexo da oscilação descrita por Capdevila (2022), na qual o "jogo" entre o que é percebido como apropriado ao gênero e o que é realmente exercido gera ajustes nas relações entre homens e mulheres. Essas dinâmicas, mesmo quando não rompem completamente com a lógica patriarcal, evidenciam o uso do gênero como ferramenta de negociação no espaço público, desafiando, ainda que de forma moderada, essa rígida separação.

Capdevila (2022) ressalta que, ao mesmo tempo que as mulheres nesses espaços são vistas como "seres menores", ligadas a papéis essencialistas na gestão doméstica e familiar, elas também podem se tornar agentes de transformação, instrumentalizando essas mesmas imagens para alcançar posições de poder. Assim, a inserção política de mulheres em partidos de direita levanta a questão: essas mulheres estão realmente rompendo com as estruturas tradicionais ou apenas negociando suas presenças dentro de limites ideológicos conservadores?

No caso das prefeitas entrevistadas, os "jogos de gênero" se tornam ferramentas para analisar suas trajetórias e narrativas. Por um lado, as prefeitas que apontam o capital familiar como uma influência central em suas carreiras políticas podem estar reproduzindo um imaginário familista, onde a política surge como uma extensão da esfera doméstica, em continuidade com os papéis atribuídos às mulheres no cuidado e na administração. Por outro lado, as narrativas que destacam a ausência de vínculos políticos familiares podem ser vistas como expressões de adesão política própria, ainda que permeadas pelas tensões entre o público e o

privado que caracterizam os jogos de gênero. As falas das prefeitas tornam-se uma base para explorar essas dinâmicas. Por exemplo, quando uma prefeita relata sua trajetória com ênfase no apoio de um familiar, está reforçando uma ligação entre a esfera política e a esfera familiar. Já outra, ao descrever uma trajetória autônoma, pode estar, mesmo sem o dizer explicitamente, subvertendo as expectativas impostas por estereótipos de gênero.

Os jogos de gênero, portanto, não apenas moldam a forma como essas mulheres ingressam na política, mas também como são percebidas pelos adversários, eleitores e pelo sistema político em geral. Essa análise será aprofundada a partir das narrativas orais, buscando identificar como os discursos das prefeitas refletem ou desafiam o uso estratégico desses jogos no contexto conservador brasileiro.

Tabela 3 – Codificação das falas das prefeitas sobre estereótipos de gênero¹⁵

Prefeita	Fala	Interpretação
Prefeita 1 PL	“Como eu tinha o marido do lado, isso facilita, porque não é fácil se você não tiver a presença do homem. Isso já é difícil, as outras mulheres já têm ciúmes, já diz: ‘não vamos votar, quem é essa mulher?’ As próprias mulheres, como eu tinha a figura do meu esposo ao meu lado facilitou também. Se não eu não sei se eu me elegeria, se eu não fosse casada, se eu não vivesse, se eu não tivesse o meu esposo comigo eu acho que não me elegeria.”	A fala aponta para um sistema no qual o "capital familiar" é viabilizado por normas de gênero: o status de casada não só fornece legitimidade política, mas também é uma resposta estratégica a resistências derivadas de expectativas sociais tradicionais. Ela se beneficia de um recurso que, ao mesmo tempo, reforça o estereótipo de que mulheres desacompanhadas de figuras masculinas são menos dignas de confiança ou de apoio.

¹⁵ Fonte dos dados: Laboratório de Estudos de Gênero e História.

Prefeita	Fala	Interpretação
Prefeita 4 PL	“Credibilidade a gente trouxe para a política, e é uma das coisas que as mulheres trazem muito, eu acho, para a política, a credibilidade feminina, isso a gente traz.”	A prefeita destaca o valor da credibilidade atribuída às mulheres, sugerindo que, devido ao gênero, elas podem agregar algo de valor e confiabilidade à política.
Prefeita 3 PP	“Então, é por mais que a gente tenha que provar todos os dias que a gente é capaz, que a gente consegue, eu não sei, o mundo dos homens é um pouco... Não sei se isso eu devo dizer, me parece que a corrupção rola um pouquinho lá.”	A prefeita sugere uma diferença entre os mundos masculino e feminino, destacando um possível ambiente de corrupção associado aos homens e destacando a ética associada à presença de mulheres na política.
Prefeita 2 PP	“Acho que o fato de não ser casada, não ter filhos, acho que isso facilitou, porque eu tenho mais liberdade para estar sábado pela manhã olhando uma rua, um bueiro, visitando uma comunidade, no domingo ir a todas as festas de igreja nas comunidades, nas igrejas católicas e evangélicas, participar de eventos. Enfim, isso dá mais mobilidade, dá mais flexibilidade.”	A prefeita vê sua condição de não ser casada e não ter filhos como um facilitador para sua mobilidade e maior participação na política, reforçando a ideia de que as mulheres, devido às responsabilidades familiares, têm menos liberdade para se engajar na política.

Fonte: a autora.

Ao analisar os padrões, percebe-se como os estereótipos de gênero se fazem presentes nas falas das prefeitas e como elas adotam esses estereótipos para fortalecer sua imagem política ou tentam se distanciar de estereótipos negativos associados à feminilidade. A Prefeita 1 PL diz que sua candidatura foi facilitada pelo apoio do marido (tabela 3), o que aponta para a importância do capital familiar e social em sua trajetória política. Ela sugere que sem a presença de um homem ao seu lado, não teria sido eleita, um indicativo claro de como existe o estereótipo de

gênero ao se falar que é necessário um homem ao lado para estar na política. Por outro lado, a Prefeita 2 PP (tabela 3) observa que sua condição de não ser casada nem ter filhos a favoreceu, pois teve mais liberdade para se dedicar à política, o que sugere que, para muitas mulheres, o modelo tradicional de família pode ser um empecilho para se dedicar.

A Prefeita 3 PP (tabela 3) discute a necessidade constante de provar sua capacidade, destacando o desafio de ser mulher em um “mundo de homens”, o que a leva a associar a corrupção à esfera masculina. Essa fala sugere uma distinção entre homens e mulheres na política, e as prefeitas, ao adotarem esse estereótipo, se posicionam como alternativas éticas à corrupção, associando a figura da mulher à moralidade, configurando uma estratégia de legitimação. A Prefeita 4 PL (tabela 3), por sua vez, utiliza a ideia de credibilidade como uma maneira de se destacar na política, ressaltando que as mulheres têm uma qualidade específica a oferecer, uma vez que são percebidas como mais confiáveis, morais e éticas.

As falas das prefeitas também revelam como elas se distanciam, ou não, dos estereótipos tradicionais atribuídos às mulheres na política. Muitas vezes, elas são desafiadas a provar que são capazes, o que reflete a ideia de que mulheres são vistas como menos competentes do que os homens nesse campo. A Prefeita 3 PP (tabela 3) expressa a sensação de que, enquanto mulher, precisa provar sua capacidade o tempo todo, um desafio que é menos enfrentado pelos homens. A Prefeita 4 PL (tabela 3), por outro lado, se utiliza da imagem de mulher como cuidadora, associando a mulher à credibilidade, o que pode ser uma estratégia de legitimação política em um espaço que tradicionalmente é dominado por homens.

Ao longo das entrevistas, os jogos de gênero, como descritos por Capdevila (2022), podem ser identificados como um mecanismo estratégico utilizado pelas prefeitas para negociar seus papéis na política.

Observemos a tabela 4 com as prefeitas que declararam possuir capital familiar na política e suas falas perante o contexto citado.

Tabela 4 - Declarações das prefeitas sobre capital familiar na política¹⁶

Prefeita	Partido	Capital Familiar
Prefeita 1	PL	“Não tinha, ninguém tinha, na época eu não era filiada, ninguém era filiado na minha família. A nossa família sempre era influenciada por outras famílias ao redor, e nós não nos envolvíamos muito na política. Eu me filiei naquele partido [PL] porque naquele momento era o que a gente tinha mais proximidade com algumas pessoas, e foi nesse momento que eu me filiei e comecei a conversar com as pessoas. Eu sempre tive facilidade em conversar com as pessoas.”
Prefeita 2	PL	“Eu e meu irmão. Primo vivo, que foi prefeito de Alfredo Wagner, vereadoras, primas vereadoras. Meu bisavô já era político.”
Prefeita 3	PL	“Meu irmão no mandato que antecedeu tinha sido o candidato.”
Prefeita 4	PL	“Meu pai era da época da Arena, do MDB, lembro que meu pai sempre foi de direita e conversava sobre isso.”
Prefeita 1	PP	“Me casei numa família de políticos. O pai do meu esposo foi prefeito três vezes, vice-prefeito e vereador.”
Prefeita 2	PP	“Não venho das famílias abastadas da cidade, ninguém na minha família é político, nem vereador.” “O prefeito na época me convidou para ser secretária de administração, fiquei 8 anos na prefeitura como secretária e depois disso fui trabalhar em prefeituras da região.”
Prefeita 3	PP	“Meu envolvimento na comunidade era no clube de mães, paróquia, apostolado da oração, conselhos do município.”
Prefeita 4	PP	“Meu pai foi uma vez vereador e uma vez foi candidato a vice-prefeito.”

Fonte: a autora.

Ao comparar as falas das prefeitas, observa-se que a adesão política de algumas delas parece estar fortemente ligada ao capital familiar, especialmente nos casos das prefeitas que mencionam envolvimento político de pais, maridos ou irmãos. A presença de homens no contexto político aparece como um fator determinante na ascensão de algumas dessas mulheres, refletindo o poder das redes familiares no contexto político local. No entanto, também há casos em que as

¹⁶ Fonte dos dados: Laboratório de Estudos de Gênero e História.

prefeitas parecem se distanciar desse modelo, como no caso da Prefeita 2 (PP), que afirma não ter vínculos com famílias políticas, no entanto, nesse caso existe o capital social, visto que a prefeita inicia a sua carreira profissional trabalhando como secretária da prefeitura da cidade.

Essa diferença nas falas revela que, para algumas mulheres, o capital familiar funciona como um facilitador importante, enquanto para outras, a adesão política é mais um reflexo do capital social. Em ambos os casos, as narrativas indicam que o campo político continua sendo um espaço onde as mulheres precisam constantemente provar sua competência e habilidades, o que sugere que o capital familiar e capital social são complementares, mas também são moldados por contextos sociais e culturais específicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Santa Catarina, a combinação de uma tradição política conservadora com práticas de patrimonialismo e herança política influencia profundamente as escolhas e o discurso político das prefeitas eleitas por partidos de direita. Através das narrativas orais das entrevistas foi possível identificar que, embora as mulheres tenham conquistado uma presença visível na política local, sua atuação continua sendo limitada pelas normas tradicionais e pela subordinação ao campo político conservador.

Como Simone de Beauvoir (1970) destacou, apesar dos avanços formais em termos de igualdade de direitos, ainda persiste uma desigualdade estrutural que restringe o acesso das mulheres aos espaços de poder efetivo. A análise do contexto histórico e cultural de Santa Catarina, com suas raízes migratórias europeias e influências conservadoras, demonstrou como essas dinâmicas mantêm, muitas das vezes, as práticas patrimonialistas e a concentração de poder, dificultando a inserção de mulheres de forma autônoma na atualidade. Porém, percebe-se que das oito mulheres analisadas, três não possuem capital familiar. O acesso dessas mulheres se deu sem depender de vínculos familiares ou heranças políticas. Todavia, o caso do capital social foi fundamental para obterem sucesso na política.

Tal cenário foi identificado a partir da análise de fontes documentais, como entrevistas orais com prefeitas do Estado, realizadas entre 2023 e 2024, e da revisão de literaturas sobre representação política, ideologia partidária e teoria política de gênero. Essas entrevistas permitiram captar as narrativas das prefeitas e entender as dinâmicas sociopolíticas e ideológicas que influenciam suas atuações políticas. Utilizando uma abordagem fundamentada na análise do discurso político, à luz das contribuições de Michel Foucault (2006), foi possível identificar padrões comuns nas falas das prefeitas, especialmente no que tange ao uso de discursos de autolegitimação que, muitas vezes, se alinham às visões conservadoras predominantes em Santa Catarina.

Os principais resultados obtidos indicam que, embora a presença de mulheres na política seja um avanço importante para a representatividade, a atuação das prefeitas entrevistadas, vinculadas a partidos conservadores, revela uma complexa

interação entre gênero, ideologia política e estruturas de poder. Em sua maioria, essas mulheres adotam uma posição política que reflete os valores e as práticas conservadoras do ambiente político local, o que levanta questões sobre a verdadeira efetividade de sua representação política para as questões de gênero. Além disso, a influência do capital familiar, social e político foi um fator determinante para a ascensão dessas prefeitas, contribuindo para a manutenção de um ciclo de poder que favorece heranças políticas e dificulta a renovação da representação política com maior diversidade.

Entretanto, a análise de apenas oito entrevistas não reflete toda a diversidade de experiências e perfis de mulheres eleitas no Estado. Além disso, a pesquisa se concentrou em partidos de direita, deixando de explorar de maneira mais aprofundada as trajetórias de prefeitas de outros espectros políticos. Em minhas futuras investigações, buscarei ampliar a amostra e considerar a comparação entre prefeitas de diferentes partidos e regiões para uma compreensão mais abrangente sobre as estratégias e desafios das mulheres na política em Santa Catarina e em outros estados com contextos semelhantes.

Afinal, o que se observa é uma adesão política das prefeitas ou o capital familiar como ponte para adentrarem na política? De todo modo, a questão não é se existe adesão política ou capital familiar, mas como esses fatores se inter-relacionam. Em muitos casos, a adesão política pode ser influenciada pelo capital familiar e/ou social, ou seja, as escolhas partidárias e ideológicas das prefeitas podem ser, em grande parte, moldadas pelas estruturas familiares e pelas redes de poder nas quais estão inseridas. O capital familiar e social, então, não só facilita a inserção dessas mulheres na política, mas também configura uma continuidade das práticas políticas tradicionais e conservadoras, o que pode limitar a transformação da política de gênero em Santa Catarina.

Observa-se que o discurso político dessas prefeitas, muitas vezes alinhado aos valores conservadores de seus partidos, não desafia de fato as estruturas hierárquicas de gênero e poder. Ao enfatizarem valores como família e proximidade com o povo, elas reforçam a ideologia conservadora sem abrir espaço para pautas de igualdade de gênero ou redistribuição de poder. Isso aponta para uma representação política que, embora visível, não se traduz em uma verdadeira transformação nas dinâmicas sociais e políticas locais. Assim, este estudo conclui

que, embora as mulheres estejam ocupando espaços políticos antes dominados por homens, sua inserção na política conservadora muitas vezes se dá mais pela adesão às estruturas preexistentes do que por um real rompimento com as normas patriarcais e machistas.

REFERÊNCIAS

SITES

Instituto Alziras. **Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020.** — Rio de Janeiro, 2018. Dados eletrônicos (pdf). Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/perfil_das_prefeitas_do_brasil_2017-2020.pdf. Acesso em: 05 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Santa Catarina | Cidades e Estados.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 set. 2024.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO E HISTÓRIA. **Acervo do LEGH/UFSC.**

PARTIDO LIBERAL. Página oficial do Partido Liberal. Disponível em: <https://partidoliberal.org.br/>. Acesso em: 03 out. de 2024.

PROGRESSISTAS. Página oficial do Progressistas. Disponível em: <https://progressistas.org.br/>. Acesso em: 03 de out. de 2024.

TAGUETTE. **Software de código aberto para análise de dados qualitativos.** Disponível em: <https://www.taguette.org>.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. **Eleições anteriores.** Florianópolis: TRE-SC, 2024. Disponível em: <https://www.tre-sc.jus.br>. Acesso em: 18 ago. 2024

BIBLIOGRAFIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar. Textos em História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BARBOSA, Cláudia de Faria. **Famílias - Pressupostos para a política local: sombra ou alicerce.** 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica de Salvador - Ucsal, Salvador, 2008.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo. Fatos e Mitos** (Vol. 1). 4.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros. **DADOS**, Rio de Janeiro,

v. 66, n. 2, p. e20210164, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.303>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 193–204, jan. 2011.

_____. **O poder simbólico**. Ed. Difel, Lisboa, 1989.

CAPDEVILA, L.; ROCHA, S. R. S.; PEDRO, J. M. Resistência civil e jogos de gênero: França-Alemanha-Bolívia-Argentina (Segunda Guerra Mundial - anos 1970-1980). **Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**, Fortaleza, v. 9, n. 19, p. 160–191, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/8203>. Acesso em: 02 out. 2024.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 136-163, abr./maio 2006.

CAROLA, Carlos Renato. Natureza admirada, natureza devastada: História e Historiografia da colonização de Santa Catarina. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p. 547-572, jul./dez. 2010.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre prática e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Lisboa/Difel.1990

CORRÊA, Walquíria Kruger. Considerações sobre a formação territorial e econômica de Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 17, p. 25-44, jan./jun. 1999.

COSTA, Lucas de Castro Itapoan da. Conservadorismo na cultura política de Santa Catarina: reverberações da Era Vargas no tempo presente. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis: UFSC, v. 17, 2023.

DUWE, Ricardo. **Entre a técnica e a tradição: relações e culturas políticas na arena catarinense (1971-1975)**. Dissertação (Mestrado em História do Tempo Presente) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2016.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1979.

FAVRETTO, Raquel. **A POLÍTICA COMO PROFISSÃO: TRAJETÓRIA DE POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO CATARINENSE**. 2015. 151 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: **Edições Loyola**, 2012.

_____. Ditos e Escritos. Volume IV. Estratégia, poder-saber. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: **Forense Universitária**, 2006ª.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 653–679, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/VXvt64f7BzmgKcvxdmQR8Zr/abstract/?lang=pt#ModalH owcite>. Acesso em: 28 out. de 2024.

_____. Despolitização e antipolítica: a extrema-direita na crise da democracia. **Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 2, p. 8-20, maio/ago.2021. DOI: <http://10.47456/argumentum.v13i2.36261>.

_____; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 653–679, set. 2010.

MORAES, Marcos Juvencio de. A construção da identidade catarinense e a formação do litoral açoriano. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 2, n. 1, dez. 2010.

MOTA, Fernanda Ferreira; BIROLI, Flávia. O gênero na política: a construção do “feminino” nas eleições presidenciais de 2010. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 197-231, jul.-dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/WFH yHTk8cqZnX3H77NY3WZG/>. Acesso em: 25 set. 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

NUNES, Guilherme Machado. Jogos de gênero, maternalismo e política: “uma mulher operária” na Câmara de Vereadores de Porto Alegre (1948-1951). **Revista Brasileira de História**, v. 43, n. 92, p. 177–198, jan. 2023.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

PETRARCA, F. R.; OLIVEIRA, W. J. F. DE. O poder das famílias na política: das parentelas às redes de base familiar. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 37, n. 81, p. e20240107, 2024.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**. Ano 9, 2º semestre 2001, p. 268-290.

_____. O que há de errado com a democracia liberal?. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 339–363, jul. 2011.

PITKIN, Hanna. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova**, São Paulo: 2006, p. 16-47.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 45, p. 149-165, mar. 2013.

TEIXEIRA DE BARROS, A.; DA SILVA NASCIMENTO, W. Mulheres partidárias: atuação militante e participação nas atividades dos partidos. **Revista Agenda Política**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 186–225, 2022. DOI: 10.31990/agenda.2021.1.7. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/590>.

SOUZA, Ailton. A variação ideológica dos partidos políticos brasileiros: entre estabilidade e volatilidade. **Inter-Legere**, v. 6, n. 38, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1982-1662.2023v6n38ID32695>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ANEXOS

Anexo 1:

Prefeitas eleitas em Santa Catarina				
Ano	Município	Perfil ideológico	Sigla do partido	Votos
1988	Bom Jardim da Serra	Centro	PMDB	1.492
1992	Palma Sola	Centro	PMDB	2.436
	Bocaina do Sul	Extrema-direita	PFL	1.053
	Condórdia	Centro	PMDB	14.325
1996	Curitibanos	Centro-esquerda	PDT	10.406
	Formosa do Sul	Centro	PMDB	974
	Gravatal	Centro	PSDB	3.587
	Taió	Direita	PPB	4.977
	Irineópolis	Extrema-direita	PFL	2.756
	Pomerode	Direita	PFL / PPB / PPS / PSDB	7.598
2000	Lacerdópolis	Centro	PMDB	888
	Florianópolis	Direita	PFL / PHS / PL / PPB / PSDB / PSL / PTB	105.495
	Palma Sola	Centro	PMDB	2.316
	Nova Trento	Centro	PMDB / PSDB	3.633
	Santa Rosa do Sul	Centro	PMDB	2.783
	Urupema	Centro	PMDB / PPS / PSDB / PT	1.065

	Dionísio Cerqueira	Centro-direita	PFL / PMDB / PP / PSDB	4.017
2004	Treviso	Centro	PMDB/PT	1.342
	Bom Jesus	Direita	PP/PTB	919
	Luzerna	Centro	PMDB	2.085
	Laurentino	Direita	PFL / PHS / PL / PP / PPS / PSDB / PTB	2.102
	Lacerdópolis	Centro	PMDB	
	Água Doce	Centro-direita	PP/PSDB	2.447
	Bocaina do Sul	Centro	PMDB/PSDB	1.165
	Camboriú	Centro-direita	PRB / PSB / PSC / PSDB / PSL	16.268
	Catanduvras	Centro-direita	DEM / PP / PSDB	3.815
	Dona Emma	Centro-direita	DEM/PMDB	1.169
	Eral Velho	Centro	PMDB	1.071
	Frei Rogério	Centro-direita	DEM / PP / PT	960
2008	Irani	Centro-direita	DEM / PMDB / PP / PPS	3.240
	Jaguará do Sul	Centro-direita	DEM / PDT / PSDB / PTB	31.015
	Leoberto Leal	Centro-direita	DEM/PMDB	1.431
	Lontras	Centro-direita	DEM / PP / PPS / PR / PSDB	2.779
	Mirim Doce	Centro	PMDB/PT	921
	Santa Rosa do Sul	Centro	PMDB	2.787
	São Martinho	Centro-direita	DEM / PPS	1.441
	Seara	Centro-esquerda	PDT / PMDB / PT	5.924

	Vargem Bonita	Centro	PMDB	1.865
	Santa Rosa de Lima	Centro	PMDB	1.000
	Peritiba	Direita	PP	1.400
	São José	Centro	PSD	66.602
	Maravilha	Centro	PMDB	7.682
	Catanduvas	Centro	PSD	3.268
	Celso Ramos	Centro	PSDB	1.093
	Cerro Negro	Centro	PMDB	1.544
	Alto Bela Vista	Centro	PSD	967
	Seara	Centro-esquerda	PDT	5.994
2012	Itá	Centro	PSDB	2.710
	Arvoredo	Centro	PMDB	1.133
	Mirim Doce	Centro	PMDB	1.127
	Bombinhas	Centro-esquerda	PDT	3.016
	São Cristóvão do Sul	Direita	PP	1.542
	Leoberto Leal	Centro	PMDB	1.486
	Lontras	Centro	PSD	3.666
	Calmon	Centro-esquerda	PDT	1.657
	Camboriú	Centro	PSDB	16.654
	Ouro Verde	Esquerda	PT	961
	Pouso Redondo	Direita	PP	5.704
	Criciúma	Centro	PMDB	21.415
	Bombinhas	Direita	DEM / PDT / PEN / PMDB / PP / PPS / PR / PRB / PRP /	7.802

			PSB / PSC / PSD / PSDC / PSL / PTB	
	Monte Carlo	Centro	PC do B / PP / PSDB / PT	3.248
	Peritiba	Direita	PMDB / PP / PR	1.409
	Itapema	Centro	PC do B / PDT / PEN / PP / PR / PROS / PRP / PSD / PTC / PV	14.458
	Arvoredo	Centro	PMDB / PP / PR / PSD	1.156
	Alto Bela Vista	Centro	PSD / PSDB / PT	936
	Arabutã	Centro	DEM / PP / PR / PSD / PT	1.973
	São Cristóvão do Sul	Direita	PP/PR	1.068
	São Domingos	Esquerda	PC do B / PDT / PT / PTB	2.788
	São José	Direita	PEN / PHS / PR / PROS / PSB / PSC / PSD / PT do B / PV	44.312
	Santa Terezinha	Centro-direita	PP / PSD / PSDB	3.250
2016	Chapadão do Lageado	Centro	PMDB / PSD / PSDB	1.160
	Fraiburgo	Centro-direita	PPS / PRB / PSB / PSD / PTB	7.211
	Vargem Bonita	Centro-direita	PEN/PMDB	2.296

	Vargem	Centro-direita	PR/PT	1.616
	Maravilha	Centro	PMDB / PSB / SD	7.589
	Salete	Direita	DEM / PP / PR / PSD	2.584
	Salto Veloso	Centro-direita	PDT / PMDB / PP / PPS / PR / PSB / PSD / PSDB	2.024
	Santa Cecília	Centro	PDT / PHS / PROS / PSB / PT	6.685
	Rancho Queimado	Centro	PMDB / PPS / PR / PSDB	1.360
	Trombudo Central	Centro-direita	DEM / PMDB / PR / PSB / PSD / PSDB	2.347
	Palmeira	Centro-direita	PP / PR / PROS / PSDB / PT	1.496
	Doutor Pedrinho	Centro	PMDB	1.376
	Ipuacú	Centro-direita	PMDB / PP / PR / PRB / PT / PTB / PV	2.786
	Água Doce	Direita	PL	2.299
	Angelina	Esquerda	PT	1.720
	Anitápolis	Centro	MDB	1.519
	Arabutã	Centro	PSD	1.733
	Benedito Novo	Centro	MDB	3.878
	Campo Alegre	Centro	MDB	3.560
	Campo Belo do Sul	Direita	PP	1.835
	Campo Erê	Esquerda	PT	2.880

2020	Cunha Porã	Centro	PSDB	4.518
	Iomerê	Direita	PP	1.270
	Ipuaçu	Esquerda	PT	2.552
	Itapema	Centro	PSD	18.557
	Içara	Direita	PP	12.527
	Lauro Müller	Centro	MDB	5.139
	Monte Carlo	Centro	PSDB	2.940
	Palmeira	Direita	PL	1.591
	Paraíso	Centro	MDB	1.738
	Rancho Queimado	Centro	MDB	1.908
	Salete	Direita	PL	2.841
	Santa Cecília	Centro	MDB	5.369
	Santa Terezinha do Progresso	Centro	MDB	1.190
	Sombrio	Centro	MDB	7.257
	São Cristóvão do Sul	Centro	PSDB	1.817
	Trombudo Central	Centro	MDB	2.118
	Urubici	Direita	PP	3.297
	Vargem	Direita	PL	1.181
	Vargem Bonita	Centro	MDB	1.874
	Zórtea	Direita	PP	1.048